

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MARIAM TESCH SABAINI

**OS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO EM TEXTOS  
ARGUMENTATIVOS**

São Paulo

2012

MARIAM TESCH SABAINI

**OS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO EM TEXTOS  
ARGUMENTATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Letras.

Orientadora: Professora Dr.<sup>a</sup> Elisa Guimarães Pinto

São Paulo

2012

M989a Sabaini, Mariam Tesch  
Os processos de referenciarão em textos argumentativos /  
Mariam Tesch Sabaini - 2012.  
92 f. ; 30 cm

Dissertado (Mestrado em Letras) – Universidade  
Presbiteriana Mackenzie, 2012.  
Referências bibliográficas: f. 84-89.

1. Argumentação. 2. Referenciação. 3. Editorial. I. Título.

CDD 331.59

MARIAM TESCH SABAINI

**OS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO EM TEXTOS  
ARGUMENTATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Letras.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Elisa Guimarães Pinto  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Elaine Cristina Prado dos Santos  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Prof. Dr. Edson Reinaldo Facco  
UNIBAN

*“Não importa aonde você parou... Em que momento da vida você cansou... O que importa é que sempre é possível e necessário "Recomeçar".*

(Carlos Drummond de Andrade)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que conduziu os meus passos até aqui e me sustentou nos piores e melhores momentos de minha vida.

À minha orientadora, Professora Elisa Guimarães, pela dedicação incondicional, pelos caminhos apontados e, principalmente, por ter me apoiado e me acolhido no momento em que eu mais precisei. Sem ela, eu não teria conseguido terminar este trabalho.

Aos professores Edson Reinaldo Facco e Elaine Cristina Prado dos Santos pelas sugestões apresentadas durante o meu exame de qualificação.

À minha mãe, Sonia, que sempre me incentivou em todos os momentos e me ensinou, com o seu exemplo de vida, a lutar por aquilo que almejo e acredito. A ela eu dedico todas as minhas conquistas ao longo da minha vida.

Aos meus irmãos Wallace e Wellinton e às minhas irmãs Paula e Emily pelo apoio incondicional, pela compreensão, pela paciência e pelo suporte em todas as situações.

Aos amigos Georges e Leide pela ajuda durante a graduação, pelo incentivo e pela carinhosa torcida.

Aos amigos Eduardo e Emerson por compartilharem comigo meus bons e os maus momentos durante esta jornada e ao Wallace por ter me ajudado na construção desta dissertação.

Ao Paulo Maia, meu chefe, que sempre foi compreensivo em relação aos meus horários no trabalho, sempre me liberando e me apoiando nos momentos em que precisei.

## RESUMO

Esta pesquisa evidencia o papel determinante da referenciação no processo argumentativo de textos extraídos da mídia impressa. Para isso, foram explorados e analisados os elementos referenciais dos editoriais, verificando em que medida eles se fazem instrumentais da linha coesiva do texto, enquanto também expressiva da carga argumentativa. O corpus selecionado foram dois editoriais jornalísticos, tendo como critério de escolha o temático. Um foi publicado no jornal Folha de S. Paulo (FSP) na data de 01 de fevereiro de 2012, e tem como título “Desafios à Europa” e o outro foi publicado no jornal O Estado de São Paulo (ESP) na data de 24 de fevereiro de 2012 e tem como título “Piora a crise na Europa”. Nesses dois editoriais os autores se utilizam dos processos de referenciação como manobra argumentativa para fazer valer suas opiniões. O suporte teórico-metodológico adotado desenvolve-se a partir dos estudos na área da linguística textual, privilegiando-se a coesão e a argumentação, tendo como base o processo de referenciação. Para isso, nos alicerçamos em autores como Koch (1996/2002), Koch/Elias (2010), Guimarães (2007), Marchuschi (2010), dentre outros.

**Palavras-chave:** Argumentação, referenciação, editorial.

## **ABSTRACT**

This research highlights the role of benchmarking in the process of argumentative texts from the printed media. To do so, were explored and analyzed the elements of the editorial references, checking to what extent they are cohesive instrumental line of text, while also significant load argumentative. The corpus was selected two newspaper editorials, and as a criterion for choosing the theme. One was published in Folha de S. Paulo (FSP) on the date of February 1, 2012, and is entitled Challenges for Europe and the other was published in the newspaper Estado de Sao Paulo (ESP) on the date of February 24, 2012 and is entitled the Worsening Crisis in Europe. In both the editorial authors have used the processes of referral and argumentative maneuver to assert their opinions. The theoretical-methodological support adopted was developed from studies in textual language, privileging the cohesion and argument, based on the referral process. For this, we base in authors such as Koch (1996/2002), Koch / Elias (2010), Guimarães (2007), Marchuschi (2010), among others.

Key words: argumentation, discouse reference, editorial.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 A ARGUMENTAÇÃO</b> .....	13
1.1 DISCURSO E MÉTODOS ARGUMENTATIVOS .....	13
1.2 A RETÓRICA E A ARGUMENTAÇÃO NO SÉCULO XX .....	17
1.2.1 <b>Perelman: a importante contribuição para o processo argumentativo</b> .....	19
1.3 A ARGUMENTAÇÃO E SUAS FUNÇÕES .....	25
1.4 OS EDITORIAIS JORNALÍSTICOS E A ARGUMENTAÇÃO .....	26
1.5 A ARGUMENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS .....	31
1.6 OS REFERENTES E A ARGUMENTAÇÃO.....	35
<b>2 REFERENCIAÇÃO: IMPORTANTE PROCESSO PARA A ARGUMENTAÇÃO</b> .....	39
2.1 O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO NA ARGUMENTAÇÃO .....	39
2.2 A REFERENCIAÇÃO E SUAS ESTRATÉGIAS NO TEXTO .....	43
2.2.1 <b>Como o processo de referenciação se realiza no texto</b> .....	45
2.2.2 <b>As expressões nominais referenciais em textos argumentativos</b> .....	50
<b>3 ANÁLISE DOS EDITORIAIS SEGUNDO OS PROCESSOS DE ARGUMENTAÇÃO E REFERENCIAÇÃO</b> .....	56
3.1 CATEGORIAS QUE COMPÕEM O PROCESSO ARGUMENTATIVO .....	58
3.1.1 <b>A subjetividade nos editoriais em análise</b> .....	58
3.1.2 <b>O papel das orações subjetivas nos editoriais</b> .....	64
3.1.3 <b>A construção da Credibilidade nos editoriais</b> .....	65
3.1.4 <b>A importância dos operadores argumentativos nos editoriais jornalísticos</b> ..	66
3.2 CATEGORIAS CONSTITUTIVAS DO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO .....	70
3.2.1 <b>A referenciação nos editoriais em análise</b> .....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	84
<b>ANEXOS</b> .....	90

## INTRODUÇÃO

Desenvolver um estudo sobre os processos de referenciação em textos argumentativos é um tema que desperta muito meu interesse, por ser um dos recursos mais valiosos para a arte de escrever. Assim, nossa pesquisa pretende ser uma valiosa contribuição para os estudos referente à composição textual, com ênfase no processo articulatório e argumentativo efetivado na referenciação.

O objetivo geral, pois, deste trabalho, é demonstrar o papel determinante da referenciação no processo argumentativo de textos extraídos da mídia impressa. Para isso, exploramos e analisamos os elementos referenciais dos editoriais, verificando em que medida eles se fazem instrumentais da linha coesiva do texto, enquanto, também, expressiva da carga argumentativa.

Os objetivos específicos visam: 1 – estudar a linha coesiva dos textos em análise, verificando como a referenciação é canal conducente à argumentação; 2 – explorar os processos anafóricos, seja na sua forma de maior evidência, seja na sua formulação de natureza metafórica; 3 – explorar as expressões referenciais como “um dos lugares onde a manipulação é não só possível, mas visível” (KOCH, 2001:87); 4 – investigar as diversas funções das expressões referenciais nominais, e evidenciar, principalmente, a sua natureza argumentativa; 5 - avaliar as anáforas diretas e indiretas, e mostrar que elas promovem a continuidade referencial com e sem retomada, o que permite afirmar que elas não só têm capacidade de “referir”, como também de “argumentar”, à medida que o processo discursivo é alimentado.

Para nosso corpus, selecionamos dois editoriais, tendo como critério de escolha o temático. Um foi publicado no jornal Folha de S. Paulo (FSP) na data de 01 de fevereiro de 2012, e tem como título “Desafios à Europa” e o outro foi publicado no jornal O Estado de São Paulo (ESP) na data de 24 de fevereiro de 2012 e tem como título “Piora a crise na Europa”. Optamos pelos referidos jornais por eles serem não só os maiores do estado de São Paulo, como também, de circulação nacional.

Os editoriais citados foram escolhidos, porque os autores se utilizam dos processos de referenciação como manobra para fazer valer suas opiniões, especialmente, a retomada anafórica que emprega um nome como o centro de seu sintagma. Isso porque, o nome tem a capacidade de exprimir um juízo de valor a respeito da realidade, levando a enunciação para certo fim. Assim, compreendemos que a argumentação é estratégia predominante no editorial jornalístico, uma vez que, revelando a filosofia do jornal, ele se projeta como canal de persuasão do leitor. Por isso, a relação referenciação/argumentação é estreita e, também, fundamental para a elaboração de textos que têm como meta convencer o leitor. Essa estratégia é confirmada não apenas pelas opções lexicais, mas também, por outros recursos, os quais serão explorados nesta dissertação e dos quais decorre a carga de sentido veiculada nos editoriais.

O suporte teórico-metodológico adotado nesta dissertação desenvolve-se a partir dos estudos na área da linguística textual, privilegiando-se a coesão e a argumentação, tendo como base o processo de referenciação configurado nos recursos propostos pela linguística textual. A hipótese inicial é a de que os elementos referenciais seriam realmente instrumentos de natureza argumentativa, pois após analisar as diversas funções dos referentes, pudemos evidenciar essa natureza.

Utilizamos nesta pesquisa o método analítico para ver até que ponto a referenciação influencia na argumentação. Para isso, iniciamos este trabalho com uma pesquisa de investigação bibliográfica nos baseando, principalmente, em livros de autores como Koch (1996/2002), Koch/Elias (2010), Guimarães (2007) e Marchuschi (2010). Após a definição das referências bibliográficas, iniciamos um trabalho de pesquisa nos jornais citados para a escolha dos editoriais. O próximo passo foi escrever a introdução e o primeiro capítulo nos baseando nos livros *Argumentação e linguagem* e *Desvendando os segredos do texto*. Em seguida foi redigido o segundo capítulo com base nos livros *Ler e escrever – estratégias de produção textual*, *Desvendando os segredos do texto*, *A articulação do texto*, *Produção textual, análise de gêneros e compreensão* e, também, na Tese de Doutorado da professora Dr.<sup>a</sup> Ciulla *Os processos de referência e suas funções discursivas*. O terceiro e último capítulo, que é a análise do corpus, foi escrito nos

fundamentando em todas as obras aqui citadas. Assim, fechamos esta dissertação com as considerações finais.

A primeira obra em que nos baseamos foi *Desvendando os segredos do texto* (KOCK, 2002). Nela, Koch disserta, na primeira parte, sobre questões relacionadas às concepções de língua, de sujeito, texto, sentido, contexto e dos gêneros discursivos, concepções essas que se mantêm entrelaçadas, tornando difícil conceituá-las isoladamente. Na segunda parte ela discursa sobre as questões específicas dos processos e estratégias de construção de sentido que o leitor pode viabilizar. Trata-se da referência, da referenciação, da progressão referencial, da anáfora indireta, da progressão textual e dos articuladores textuais.

*Argumentação e Linguagem* (KOCK, 1996), serviram-nos de base teórica para o primeiro capítulo que versa sobre a argumentação nos editoriais jornalísticos. A autora trata das estratégias de argumentação na linguagem, propondo logo de início que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade” (p.12), sendo essa a ideia que norteia todo o livro. Já o linguista Oswald Ducrot postula que o processo argumentativo se apresenta em todas as manifestações de comunicação.

Em *Ler e escrever – estratégias de produção textual* (KOCK/ELIAS 2010), Koch e Elias trabalham a escrita e suas múltiplas vertentes em nível pedagógico a partir de uma visão sóciocognitiva da interação. Essa obra está dividida em oito capítulos, todos de suma importância para esta dissertação, mas nos baseamos, principalmente, no sexto em que se dá referência à escrita e à progressão referencial.

Na obra *A articulação do texto* (GUIMARÃES 2007), a autora discute sobre temas relativos à compreensão e construção do texto, bem como enfatiza a importância do contexto no qual ele se insere. Guimarães apresenta reflexões sobre o processo de articulação do texto, que se configura em um estudo de elementos imprescindíveis para a organização da estrutura global do texto.

Em *Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão* (MARCUSCHI, 2010) o autor se detém em vários aspectos referentes ao texto, discurso e gênero, numa perspectiva sociointeracionista. Ele completa suas considerações, apontando para a importância do exercício da compreensão textual e produção de sentido.

Do ponto de vista de sua estruturação, esta dissertação divide-se em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais, que encerram o trabalho. No primeiro capítulo, são discutidos conceitos teóricos sobre a argumentação buscando desenvolver uma discussão teórica sobre as suas implicações nos editoriais jornalísticos, de forma a investigar a construção do discurso argumentativo e os efeitos de sentido produzidos pelo uso dos referentes. Dessa forma, esses conceitos nos serviram de base para a análise do corpus.

No segundo capítulo, é apresentado um estudo sobre a referenciação, em que se explora a função da coesão referencial e de seus referentes no processo de articulação do texto argumentativo. São verificadas algumas das estratégias pelas quais se realizam os processos referenciais na produção dos textos argumentativos. Explica-se como os referentes são introduzidos, conduzidos, retomados, apontados e identificados nesse tipo de texto. Mostra-se que o processo referencial está vinculado à linha coesiva e, por conseguinte, à organização textual.

No terceiro capítulo, efetiva-se a análise dos textos escolhidos como corpus, estabelecendo um paralelo entre os recursos argumentativos e referenciais presentes nos dois editoriais, bem como, procurando uma exata aplicabilidade dos fundamentos teóricos no exercício da análise.

## **1 A ARGUMENTAÇÃO**

Podemos considerar que a argumentação é uma forma de realização discursiva essencial para este estudo. Assim, neste capítulo, buscaremos desenvolver uma discussão teórica a respeito de suas ligações nas interações humanas, de forma a analisar a construção do discurso argumentativo e os efeitos de sentido produzidos pelos referentes textuais.

É importante elucidar, ainda, conforme ficará mais claro ao longo deste capítulo, que, como este estudo adota um viés enunciativo, entendemos que o argumento é o enunciado posto em ação, no contexto de uma interação verbal, com propósito precípua de convencer ou persuadir o interlocutor.

### **1.1 DISCURSO E MÉTODOS ARGUMENTATIVOS**

As reflexões acerca de um certo texto e suas particularidades em relação ao gênero discursivo nos levam a pensar na ‘troca’ entre locutor e interlocutor e na construção de sentido do(s) enunciado(s).

Dentro das fronteiras do discursivo jornalístico, a maioria dos leitores imagina que os discursos são contribuições verdadeiras, que são repercussão da realidade (BRAIT, 2005). Contudo, isso não é exatamente o que acontece. O que é retratado é aquilo que é conveniente, importante e passível para construir um texto. Para que haja significação, há inevitavelmente construção. Isso envolve, em termos de qualquer discurso e, nesse caso, do discurso jornalístico, apontar certos detalhes e esconder outros.

Dessa forma, pode-se imaginar que a verdade dos fatos é menos importante que o efeito de sentido obtido. Sobre isso, temos sempre que lembrar que a construção de qualquer texto sempre leva em conta “o outro”, comprometendo o discurso desde sua origem até a sua destinação. Todavia, existe a possibilidade de mostrar que os textos tendem à persuasão e à manipulação de um destinatário, de modo a levá-lo à incorporação inconsciente da opinião do enunciador.

Nesse âmbito, ao tratarmos de textos opinativos, especificamente o editorial, objeto de análise desta pesquisa, precisamos tratar, também, da dimensão persuasiva do texto e da maneira como o discurso argumentativo vai ser situado/construído em relação ao discurso do outro. Dessa forma, trataremos de analisar os elementos do fazer persuasivo de um enunciador direcionando o sentido para seu modo de enunciação.

Partindo de um estudo tradicional sobre argumentação, a argumentatividade de um texto está alicerçada nos fatos e valores descritos por meio da linguagem. Esses fatos e valores serão, então, a base no qual se fundamentará a argumentação. A língua, a partir desse conceito, cumpre um importante papel, pois são as informações expedidas pela linguagem que proporcionam o encadeamento argumentativo.

Para Koch (2002), criamos enunciados de forma que a apreensão de nosso interlocutor progrida em direção de determinadas conclusões. Assim, a interação social por meio da língua distingue-se, principalmente, pela argumentatividade. Segundo a autora, “o ato de argumentar é visto como o ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas” (KOCH, 2002, p. 10).

Desse modo, “a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade” (KOCH, 2002, p. 15). A orientação argumentativa dos enunciados, ainda segundo Koch (1996, p. 19), parte da hipótese que segue: “os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa”.

O reconhecimento da argumentatividade como particularidade fundamental da interação social (KOCH, 2002) presume, então, que o uso da língua pode ser a partir da escolha, da organização e da mobilização de estratégias que satisfaçam essa perspectiva. A averiguação e a investigação dos sinais linguísticos nos permitem reconhecer a intencionalidade do enunciador, os efeitos de sentido construídos e a

persuasão que o enunciador empenha-se em alcançar a respeito do leitor. A partir do léxico utilizado, dos pontos abordados e das estratégias de composição é que se dá a construção de efeitos de sentido.

Esse potencial argumentativo se manifesta por meio de artifícios da própria língua, que permitem mostrar a orientação argumentativa dos enunciados, determinando, desse modo, as relações discursivas. Tais artifícios são denominados marcas linguísticas da enunciação ou da argumentação e estão integrados à própria gramática da língua. Dentre as quais, evidenciam-se: (a) as pressuposições - para Ducrot (1981), pressuposto é o que não está contido no enunciado, mas pode ser retomado por meio dele; (b) os sinais de intenção a cerca da interferência do autor no texto partindo de suas intenções comunicativas; (c) os operadores argumentativos que são os vocábulos que fazem parte de uma língua e que são estabelecidos e escolhidos pelos falantes com a intenção de reforçar e/ou determinar a força argumentativa do enunciado; (d) os modalizadores, termo ligado aos operadores argumentativos e às marcas de intenção que evidenciam a maneira como o falante articula-se no discurso e; (e) a referenciação, que segundo Koch/Marcuschi (1998, p.73) é concebida como um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes que são introduzidos e retomados de um determinado modo em detrimento de tantos outros possíveis, tendo em vista o objetivo daquele que diz (ELIAS 2010, p. 49).

Para Gomes (2006), o gênero opinativo mostra um estilo que imputa ao fato jornalístico sinais de subjetividade, destacando-se, assim, o jornalista/enunciador. Esse conteúdo opinativo está presente nos editoriais, onde é percebida a posição do jornal e a posição do articulista defendendo determinadas opiniões. A maioria dos artigos apresenta um discurso que vai muito além de um mero ponto de vista, pois podemos perceber, nesse tipo de texto, uma tendência fortemente argumentativa. Entende-se, portanto, o texto opinativo como espaço em que não está somente manifestado o conteúdo proposto, mas também, posicionamentos, opiniões, ponderações e avaliações da instituição e do articulista conforme assinalado.

Os questionamentos a respeito das classificações de textos argumentativos nos levam a entender os processos discursivos e linguísticos envolvendo, sobretudo,



o posicionamento do escritor perante a realidade para, desse modo, evidenciar as movimentações discursivas.

Escolher os argumentos e organizá-los requer que o produtor do texto conheça e domine as regras da sintaxe e os procedimentos da semântica. Nota-se que a ação do autor do editorial tem o objetivo de estimular o leitor, concentrando-se na estruturação e na organização linguística do texto.

Os processos responsáveis pelas ações que o produtor do texto expõe tomam como ponto de referência a estrutura linguística, uma vez que a expressão das extensões mantém todo o bloco discursivo instituído no texto. Referente a esse debate, o que importa é notar, também, que a atividade de apreensão intercorre, inicialmente, por meio da constatação das marcas intencionais do autor, geradas através de manobras de linguagem que fazem parte do discurso. Essa representação é que permite que a pessoa aja por meio da linguagem. Nesse sentido, Ducrot (1981, apud OLIVEIRA, 2001, p. 28) considera a linguagem uma “argumentologia”, visto que não escrevemos somente para comutar informações a respeito do mundo, mas, principalmente, “para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade”.

Para Ducrot (1981), uma frase pode desempenhar, além das características informativa e comunicacional, a função de evidenciar o pensamento e, desse modo, por meio de uma direção argumentativa no/do enunciado, levar o leitor a direções e/ou conclusões preestabelecidas.

Com base nessa discussão, podemos afirmar que os pressupostos têm um importante papel na construção dos discursos. Eles vêm cumprir as exigências discursivas, bem como aquelas que já são dadas pelo posto. O posto e o pressuposto, neste caso, são os instrumentos utilizados pelos autores para recuperar os referentes comuns entre os interlocutores.

As discussões em torno da Semântica Argumentativa ponderam as relações entre os interlocutores em determinada situação discursiva e indicam o sentido do texto por meio de condutas argumentativas. Ducrot (1981) postula, portanto, que

essas marcas fazem parte da própria organização da língua e que as estratégias argumentativas podem alterar o significado de um enunciado.

Sabemos que a gramática tradicional tem o hábito de ligar a noção de modo ao verbo. Os estudos realizados sobre a modalidade discursiva, todavia, não se concentram somente na noção de modo, mas abrange várias categorias gramaticais. Halliday (2002) afirma que, de um modo geral, modalidade é a categoria discursiva que aponta as intenções, os sentimentos e as atitudes de um escritor em relação ao seu discurso.

A modalidade pode manifestar-se por diversos recursos linguísticos, tais como: referentes, verbo auxiliar modal, indicadores de opinião, de crença, de saber, advérbios, adjetivos, substantivos, orações substantivas. Assim, tendo em vista a finalidade deste trabalho, discutiremos no próximo capítulo a importância da referenciação no processo argumentativo.

## **1.2 A RETÓRICA E A ARGUMENTAÇÃO NO SÉCULO XX**

A argumentação foi significativo assunto para análise da Retórica no século passado. Ainda que tenha sido esquecida, a Retórica reapareceu, livrando-se do estigma pejorativo e tratando de novas expectativas em tendência rumo aos estudos da argumentação, intitulando-se, assim, por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), de Nova Retórica, alicerçada nos princípios, na assistência e na concordância entre os participantes.

Os estudos modernos a respeito da argumentação, especialmente os de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), retêm algumas definições dos estudos clássicos da Retórica: a ligação argumentação/convencimento/persuasão; as críticas divididas entre os participantes; o conceito de verossimilhança; as funções sociais; a adequação a um público; a função inteligente e prática da argumentação na sociedade.

Em seu conceito atual, as análises sobre a argumentação readquirem certas normas de Aristóteles, sobretudo, no que diz respeito a conceitos sobre verdade e

sobre verossimilhança. Os estudos desse autor afastam-se dos pensamentos lógico-formais, do raciocínio cartesiano adquirindo, assim, uma noção do que é admissível, do que é verossímil.

É importante postularmos sobre a enumeração das partes da argumentação relatadas, ainda, no século passado: exórdio, narração, prova/refutação, conclusão e epílogo. O exórdio foi extensamente analisado por Aristóteles, Cícero e Quintiliano, e foi mostrado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) como relevante situação em que a atitude linguística pretende alcançar o auditório de modo a aproximá-lo, ou seja, estimular sua atenção, sua curiosidade, visto que esses autores afirmam que, "para que uma argumentação seja desenvolvida é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção" (op. cit., p.20).

Ainda sobre o exórdio, é concebível que se mostrem elementos que poderão inspirar a condição enunciativa e, desse modo, as opções argumentativas ulteriores, considerando-se, por muitas vezes, um instante considerável para a argumentação, porque, é na exposição do discurso e na preparação do auditório que o sujeito que vai discursar poderá apontar o sentido pretendido por seu enunciado.

Os autores mencionados estabelecem ainda que o sujeito enunciador pretende, ao compor o seu exórdio, remeter seu discurso de forma a construir uma figura de competência, de honestidade, ou até, de neutralidade, carimbando a si confiabilidade e influência para elucidar as questões do tema proposto.

Depois da exposição desses elementos, percebemos que o exórdio deverá ser trabalhado em concordância com as condições de composição, com os tópicos discursivos abordados e com a ligação entre os participantes. Se caso o sujeito que for discursar leve em consideração todos esses fatores, seus enunciados destacarão suas particularidades positivas, dando-lhe domínio para argumentar, ou engrandecer as qualidades do auditório, "estimulando o amor-próprio deste, falando de suas capacidades, de seu bom senso, de sua boa vontade" (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 562).

Nesse sentido, podemos considerar que a condição interacional é a situação em que a capacidade argumentativa poderá construir um discurso irrefutável e persuasivo, que alcançará reconhecimento do auditório. Aliás, as circunstâncias de produção inspira a composição dos argumentos, pois se sabe que existem regras que determinam a organização de um diálogo, de um texto, de um debate, entre outros. Em outras palavras, existem concordâncias pré-estabelecidas resultantes das próprias formalidades da vida social.

Em certos fundamentos, algumas qualidades, tais como ética, lealdade, honestidade etc. são olhadas como unânimes e universais, podendo, até mesmo, surtirem efeitos realmente. Normalmente, podem ser aplicadas com o objetivo de promover determinadas escolhas ao auditório, sendo justificadas como fundamentais.

Por esses princípios apresentados aqui, podemos afirmar que os valores efetuam relevante função na argumentação. É possível, até mesmo, declarar que eles se apresentam como suporte de qualquer procedimento argumentativo, especialmente nos discursos jornalístico, filosófico, político e jurídico. Para isso, novamente, faz-se importante compreender quais valores são aprovados pelo auditório em questão. Ao adquirir informação, o orador decidirá se vai afirmá-los ou, até mesmo, inabilitá-los, todavia, dificilmente poderá evitá-los.

Os valores descritos são, no discurso, possíveis de serem compreendidos pelos símbolos linguísticos, especialmente, por vocábulos e por expressões que trazem à presença do outro determinado valor. Também, salientamos que eles estão dentro do método de construção de sentidos, sendo relevantes elementos para o processo de argumentação.

### **1.2.1 Perelman: a importante contribuição para o processo argumentativo**

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), qualquer argumentação é particular e tende a alcançar a adesão das ideias dos interlocutores. Esses autores postulam, ainda, que dois conjuntos de elementos podem constituir o produto dessa

adesão, podendo um ser concernente aos fatos/verdades, distinguindo-se por uma pretensão de validade e podendo ser representado por valores/hierarquias.

Nesse sentido, a argumentação é considerada uma ação que alcança ou intensifica, através do discurso, o consentimento do auditório. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) citam dois modelos de adesão: a persuasão, que é quando o autor do discurso está apreensivo com o resultado e com a ação; e a convicção, ou convencimento, voltado para a racionalidade, para as virtudes intelectuais. Porém, os dois modelos não operam de maneira completamente independente um do outro, mas estão estreitamente ligados.

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) a eficiência de um argumento é na maioria das vezes relacionado ao auditório, sendo ele qualificado como o grupo daqueles que o locutor quer persuadir com a sua argumentação. Os citados autores classificam o auditório em universal, em que fazem parte todos os homens, em que se presume a existência de um assunto que seja aprovado por toda a humanidade; em particular, quando é de responsabilidade do orador a identificação das crenças e dos juízos de valores que fazem parte de um grupo na hora em que se escolhem as provas/argumentos apropriados para se adquirir a adesão. Assim, eles afirmam que para o próprio ser humano a interação pode dar-se não unicamente com outras pessoas, mas consigo mesmo. Sobre isso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p.23) afirmam que:

[...] as opiniões de um homem dependem de seu meio social, de seu círculo, das pessoas que frequenta e com quem convive: "Você quer", dizia M. Millioud, "que o homem inculto mude de opinião? Transplante-o". Cada meio poderia ser caracterizado por suas opiniões dominantes, por suas convicções indiscutidas, pelas premissas que aceita sem hesitar, tais concepções fazem parte de sua cultura e todo orador que quer persuadir um auditório particular tem de se adaptar a ele. Por isso a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados [...]

Os autores citados postulam que o orador, mirando a argumentação, deve levar em consideração todo o contexto em que se enquadra o auditório, a começar

pela sua natureza social e cultural, até seus pareceres dominantes. Desprezar essas circunstâncias cognitivas e sociais pode ter como resultado argumentos sem objetivo e sem sentido.

É necessário ressaltar que o auditório nem sempre é o conjunto de indivíduos que estão fazendo parte de uma interação. Também, não é precisamente aquele a quem o autor do discurso endereça seu discurso de forma direta. O auditório ainda pode ser o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) chamaram de terceira parte. Podemos citar como exemplo algum debate televisivo, em que o telespectador é o indivíduo a quem os discursos visam a persuadir.

Desse modo, a argumentação é, inteiramente, pertinente ao auditório. É a adaptação do discurso a quem o autor do texto ou orador ambiciona influenciar e isso ocasionará a transformação das ideias do auditório ou do leitor ao final da interação, um novo conceito da realidade ou do referente será visto ao mesmo tempo pelo autor do texto ou orador.

Consoante à descrição de auditório universal e particular, ressaltamos que existem dois objetos de acordo. O primeiro é o acordo alicerçado no real, e o segundo, está relacionado ao preferível. Perelman e Olbrechts-Tyteca destacam que:

[...] na argumentação, tudo o que se presume versar sobre o real se caracteriza por uma pretensão de validade para o auditório universal. Em contrapartida, o que versa sobre o preferível, o que nos determina as escolhas e não conforme uma realidade preexistente, será ligado a um ponto de vista determinado que só podemos identificar com o de um auditório particular. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.74)

Sobre os acordos alicerçados no real, temos os fatos, as verdades e as presunções. Em primeiro lugar, esclareceremos a respeito da questão dos fatos e das verdades, visto que, de uma maneira geral, os dois estão constantemente ligados ao que é acatado pelo auditório.

Os fatos correspondem às concordâncias comuns entre os participantes. Mas não podemos afirmar que o argumento obtido como fato não seja suscetível de ser debatido e/ou questionado, sobretudo, em circunstâncias polêmicas, podendo ser deixado de ser reconhecido começando por questionamentos da parte do(s) oponente(s).

As verdades contraem as características semelhantes as dos fatos; no entanto, elas são mais abrangentes, introduzem-se em projetos mais complicados, como, por exemplo, nos discursos filosóficos, religiosos e científicos.

Além dos fatos acima mencionados, existe, ainda, a presunção que está ligada ao verossímil, ou, mais exatamente, ao que é propenso à "normalidade" pelo auditório. Em concordância com o propósito do enunciador, faz-se concebível tentar mudar a posição assumida pelo oponente.

A respeito dos argumentos alicerçados no preferível, em outras palavras, nos valores, em suas classificações e nos lugares comuns, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) estabelecem que eles estejam, acima de tudo, relacionados aos auditórios particulares.

Existe no mundo uma organização de valores que, do modo como são categorizados e classificados, qualificam os grupos sociais, construindo assim suas imagens, negativa ou positivamente, conforme os valores contraídos e o comportamento assumido em relação a eles.

Os autores destacam, também, a importância da utilização de aspectos ligados à emoção, tendo como meta obter a adesão. Dessa forma, eles afirmam que "persuadir é mais do que convencer: a persuasão acrescentaria à convicção a força necessária que é a única que conduzirá a ação" (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 43).

É por esse motivo que os autores ressaltam a importância de compartilhar os mesmos interesses de seu auditório e, assim, por meio do discurso, trazer aproximação e familiaridade.

Nesse sentido, partindo de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002), podemos afirmar que todo tipo de argumentação presume um tipo de tratado com o auditório, uma espécie de acordo entre as partes, um conhecimento prévio do que vai ser pronunciado. O enunciador deve instituir uma proximidade com o seu público, dar atenção às circunstâncias psíquicas e sociais desse auditório, uma vez que não será satisfatório somente narrar/descrever episódios e declarar verdades. A natureza do auditório, então, estabelecerá o aspecto, o caráter e o alcance da argumentação.

Esse conceito se refere à teoria de que a associação entre um eu e um tu se manifesta como um envolvimento interpessoal, podendo apresentar-se de diversas maneiras e de intensidade diferente nos variados gêneros. Desse modo, na construção de toda tipologia textual, devemos notar que o leitor é o ponto principal da composição textual e, por esse motivo, estabelece, na maioria das vezes, os diversos gêneros discursivos.

Seguindo, até então, os autores, pode-se dizer que, embora haja tanta polêmica entrelaçada em torno do tema “convencer” e “persuadir”, podemos partir da hipótese de que convencer, em certa instância, não é a mesma coisa que persuadir. A persuasão está atrelada à sedução. Por meio dela, o enunciador substancia os seus argumentos, provocando emoções e criando uma adesão comovente às suas teses/verdades.

Na persuasão, o apelo é feito por processos menos profundos. Perelman (1996) afirma que o critério de diferenciação não trata somente da questão razão/emoção, mas também da dimensão do auditório. Um discurso argumentativo exige uma organização e um encadeamento de argumentos para que o auditório não apenas acompanhe o raciocínio do enunciador, mas também, possa ser convencido, para que o discurso seja persuasivo e que o próprio enunciador tenha credibilidade e para que ele possa, também, ganhar simpatia do auditório.

Por outro lado, na verdade, o que qualifica um auditório não são os valores aceitos, mas como ele os classifica hierarquicamente. As hierarquias de valores mudam de indivíduo para indivíduo em função da cultura, das ideologias e da própria história pessoal. Contudo, para que a hierarquia de valores de cada pessoa seja



desvendada é imprescindível descobrir a intensidade de adesão a valores distintos que sinalizam uma escolha hierárquica.

Por esse motivo, o enunciador que deseja persuadir tem o dever de saber antecipadamente quais são os reais valores de seu auditório ou das pessoas que vão compor esse auditório. Assim, o êxito das técnicas e de um argumento está especialmente atrelado ao auditório que se tem e que se pretende persuadir. Dessa forma, é em consonância com os auditório que o enunciador torna disponíveis os recursos da língua, como a utilização de adjetivos e substantivos axiológicos, advérbios modalizadores, verbos, auxiliares modais, fontes etc., e os manuseia com o fim principal de conseguir os objetivos pretendidos, conforme veremos nos excertos retirados dos editoriais que compõem o corpus deste trabalho:

A Europa **continuará** sendo um **peso morto** para a economia mundial, em 2012...  
 O Caso grego é obviamente o **mais dramático**...  
 ...a situação poderia ser um pouco **menos dramática**...  
 ...diante da alternativa **assustadora de colapso**...

Perelman (1996), afirma que os leitores direcionam o “ajustamento” do discurso do editorialista que pretende adquirir a persuasão.

Charaudeau (1994) postula que qualquer prática de comunicação social pressupõe um contrato, podendo ser nomeado contrato de comunicação. O contrato é um panorama de reconhecimento em que se alistam os parceiros para que se possa estabelecer a permuta e, assim, fazer parte da ordem do imaginário social. Um contrato só terá validade se os dois parceiros se “submeterem” a certas condições discursivas, que os possam autorizar reciprocamente e identificá-los como parceiros de troca. Para esse autor, todo ato de linguagem produz-se dentro de um tipo particular de associação contratual implicitamente reconhecido pelos indivíduos e que determina, por um lado, aspectos relacionados ao plano situacional (o objetivo, o assunto, e a identidade dos parceiros) e ao plano discursivo (falar de diferentes maneiras).

É necessário salientar que parceiros (enunciador e destinatário) são, segundo Charaudeau (1994), divididos, concernentemente, em dois 'eus' e dois 'tus': o eu-comunicante e o eu-enunciador; o tu-interpretante e o tu-destinatário. O eu-comunicante e o tu-interpretante são pessoas verdadeiras, com identidade psicossocial, seres do 'fazer', do circuito externo do ato de linguagem. O eu-enunciador e o tu-destinatário são criaturas do discurso, seres do 'dizer', do circuito interno do ato de linguagem.

O contrato de comunicação, delineado por meio desses sujeitos, constrói-se, então, de um espaço de trocas de diversos formatos discursivos, os quais são utilizados pelos indivíduos comunicantes para alcançar os objetivos e, dessa forma, cumprir as exigências do contrato consoante uma nova realidade que se compõe e que se organiza a cada enunciação. Assim podemos constatar, portanto, um compromisso do locutor com o 'outro' e com a situação de produção em relação ao texto argumentativo.

### **1.3 A ARGUMENTAÇÃO E SUAS FUNÇÕES**

Existem muitas funções no modo argumentativo. Juntas elas explicam a natureza persuasiva desse modo. Vestergaard (2000, p. 103) mostra uma lista de cinco tipos ilocucionários: predição, avaliação, proposta, interpretação e explicação causal. Reynolds (2000) postula dois tipos: a predição e a avaliação, visto que eles sempre são aplicados na argumentação de editoriais. O autor ainda destaca dois outros: a asserção e a hipótese.

Por outro lado, Atelsek (1981 apud VESTERGAARD, 2000) afirma que nem todos concordam com a existência de conhecimento objetivo. O ponto crítico é, segundo Vestergaard, que não faz muito sentido falar de grau de compromisso do autor do texto com a verdade, se a discussão sobre a verdade, precisamente falando, não for importante. Atelsek denomina essas declarações de "normativas" e as diferencia em dois subtipos: avaliações ("O Marcio estava muito elegante") e propostas ("Você deve aprender a se vestir melhor").

Avaliações e propostas, todavia, não são as únicas afirmações sobre as quais não se há certeza. Além dessas duas, subsiste ao menos mais três: previsões, explicações causais e interpretações. Assim como as avaliações e as propostas, essas ilocuções se baseiam mais em avaliação humana do que em evidência empírica. Vestergaard (2000) sugere chamar essas declarações de avaliativas. Quando alguma delas ocorre em artigos de opinião, elas são imputadas a alguma fonte; contudo em editoriais, elas acontecem com muita frequência sem serem imputadas a alguma fonte, a não ser ao próprio autor do texto. A fonte de avaliação é de um modo geral claramente declarada como sendo peculiar ao escritor, caracteristicamente na forma de 'nós de editorial', uma ocorrência a que Vestergaard se reporta como auto atribuição.

Nesse sentido, Reynolds (2000) sintetiza e elucida a ligação entre os modos textuais, especialmente, as funções persuasivas do modo argumentativo. O autor afirma que, dos três modos - descrição, narração e argumentação – o que tem papel imprescindível no editorial é o modo argumentativo através de diversas funções, em outras palavras, hipóteses, previsões e declarações, esta última cumprindo com frequência um papel ideológico no discurso editorial, por meio de declaração não modalizada (REYNOLDS, 2000).

<b>Modos Textuais</b>	<b>Funções</b>
Descrição	
Narração	
Argumentação	Hipótese
	Previsão
	Declaração

Quadro 4 - As funções do modo argumentativo (fonte: REYNOLDS, 2000).

#### **1.4 OS EDITORIAIS JORNALÍSTICOS E A ARGUMENTAÇÃO**

Martinez (1974) afirma que existem três tipos de texto no domínio discursivo jornalístico, cada um com os seus gêneros: o informativo, o opinativo e o ameno. O editorial é um artigo opinativo, produto de um sujeito que escreve para outros em

determinado momento sobre um fato noticioso atual e, muitas vezes, polêmico. Por isso, os editoriais são reconhecidos pela sua natureza argumentativa tendo como propósito persuadir o leitor.

O Manual de Redação e Estilo da Folha de São Paulo (2001, p. 64) define o editorial como:

Um texto que expressa a opinião de um jornal. Na Folha, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar desenvolvendo os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha (Manual de Redação e Estilo da Folha de São Paulo, 2001, p. 64).

Outra definição de editorial que vamos aqui citar é encontrada no Dicionário de Comunicação de Barbosa e Rabaça (2001):

Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais e internacionais de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, revista etc.) ou a emissão (do programa de televisão ou rádio).

Assim, o editorial é um dos vários gêneros discursivos que podemos encontrar nos jornais. Segue o ponto de vista da instituição no que diz respeito aos temas, notícias, reportagens, entrevistas ou pesquisas. O profissional responsável por escrever o editorial é chamado de editorialista, e sua missão é se posicionar a respeito de temas polêmicos e/ou noticiosos, expressando a sua opinião por meio de mecanismos/estratégias argumentativas. Pelo seu teor argumentativo o editorial é classificado como um “gênero discursivo da ordem do argumentar” (DOLZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 61). Portanto, os editoriais visam a apresentar a exposição de ideias, justificativas, sustentações, negociações e conclusão, conforme mostraremos a seguir nos editoriais que compõem o corpus deste trabalho:

**Editorial do Jornal Folha de São Paulo**

**Título:** Desafios à Europa

**Tema:** A crise financeira na Europa

**Tese:** A crise que atinge vários países europeus prejudica a maioria da população, principalmente, a classe média, surgindo novos pobres. (Líderes mundiais discutem em Bruxelas e em Davos como superar a séria crise financeira sem agravar ainda mais a situação social).

**Conclusão:** É necessário fazer um plano para que a crise seja amenizada, mas que ainda assim será muito difícil recuperar a economia em curto prazo. (Por justiça e por pragmatismo, espera-se que a recém-lançada preocupação social enseje iniciativas adicionais de proteção para os 30 milhões de novos pobres surgidos na Europa. Se não houver fundos para tanto, a perda contínua de legitimidade social poderá ameaçar o próprio projeto europeu).

**Editorial do Jornal O Estado de São Paulo:**

**Título:** Piora a Crise na Europa

**Tema:** A crise financeira na Europa

**Tese:** A Europa continuará em crise por bastante tempo e será um peso morto para a economia mundial (A Europa continuará sendo um peso morto para a economia mundial, em 2012, segundo as novas projeções da Comissão Europeia, mais pessimistas que as divulgadas em novembro).

**Conclusão:** As políticas econômicas que os países europeus estão colocando em prática não são suficientes para amenizar a crise financeira nem em longo prazo. (A situação poderia ser um pouco menos dramática se os europeus dispusessem de um fundo de resgate financeiro mais poderoso e adotassem a responsabilidade fiscal compartilhada, por meio da emissão de eurobônus. Isso daria maior segurança aos países mais pressionados e facilitaria a execução de seus programas de ajuste. Mas alguns líderes, especialmente os alemães, continuam apostando na cirurgia sem anestesia como o melhor tratamento para os males fiscais).

Sob esse horizonte, o editorialista expõe argumentos que têm a intenção de convencer o leitor a aderir a um ponto de vista. Conforme aponta Araújo (2002), apesar de o editorial caracterizar-se pela ausência de assinatura, existe uma pessoa que o escreve, um indivíduo empírico do enunciado, o autor do texto. O editorialista

é, na verdade, um porta-voz de muitos enunciadores e locutores, mas utiliza-se da instituição como base e como canal para expressar um determinado ponto de vista.

Melo (1985, p. 79) reforça a ideia de que o editorial “reflete o consenso de várias vozes que emanam dos diferentes núcleos”. Para esse autor:

[...] cada editorial passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, e conferência dos dados, da checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados. Além disso, o contato com personalidades externas à organização significa a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses defende na sua política editorial (MELO, 1985, p. 81).

Nesse tipo de gênero, a imagem dos leitores, consumidores do jornal, é preliminarmente delineada, e pelos argumentos, construídos a partir dessa imagem, como resultado, cria-se a estrutura argumentativa do texto, que se desenvolve a partir dessa interação. Nesse sentido, cabe ao editorialista o papel de propor que o leitor tome uma posição, ou seja, que o leitor concorde com o ponto de vista da instituição jornalística. O editorial é, por conseguinte, intermediado pela ideologia dessa instituição, que considera os vários pontos de vista que determinam as características de seus leitores.

Para Araújo (2002), os editoriais se apresentam sob um formato, isto é, um modelo padrão e, assim, são reconhecidos, no meio em que circundam, por editorialistas e leitores. O citado autor se fundamenta no ponto de vista de Van Dijk (1983), afirmando que esses esquemas não são arbitrários e tem uma estreita relação com os aspectos semânticos e pragmáticos dos textos. Ainda que se possa considerar apropriado o ponto de vista mencionado, devemos nos atentar para o fato de que há um conjunto de elementos de ordem paratextual e contextual que exercem influência no reconhecimento, pelos leitores, da chamada forma padrão do editorial.

Hasan (1985, apud REBELO, 1999) assinala que os gêneros podem ser diversificados, assim como o contexto, entretanto, um texto, como sabemos, precisa expor certas características para que ele possa pertencer a algum gênero.

Assim o editorial, pelas características aqui descritas, pode funcionar como um discurso exortativo/persuasivo (LONGACRE, 1992). Esse tipo de discurso, segundo esse autor, pode ser visto como um subtipo do discurso comportamental. Assim, podemos afirmar que a sua estruturação é ordenada com argumentos que tendem a intervir na maneira como as pessoas atuam.

A ocorrência, a intensidade e a organização desses argumentos nos editoriais determinam se eles fazem parte ou não do discurso exortativo. Esse discurso presume vários estágios argumentativos e o autor utiliza diferentes estratégias para alcançar a persuasão/exortação do leitor.

Para Faria (1996), o vocabulário do editorial é objetivo, as frases utilizadas são curtas e não muito complicadas do ponto de vista estrutural. Essa objetividade visa mostrar a opinião do jornal como algo concreto e verdadeiro. Faria afirma que uma vez que o objetivo do editorialista é persuadir, e os leitores que ele pretende convencer são relativamente heterogêneos. A tendência é que eles geralmente utilizem uma linguagem simples, tornando o texto de fácil entendimento.

Outro estudo que podemos citar sobre gênero, relativo ao processo argumentativo, é o de Nascimento (1999), esse recorre à operacionalização do conceito de dispositivo argumentativo abordado na concepção de Charaudeau (1992). Nesse conceito, as partes que formam um texto argumentativo são: proposta, tese, argumento e concessão. Pode-se aceitar que a concessão é um artifício por meio do qual o autor, de modo aparente, dobra-se a uma tese oposta à sua, para, logo depois, contrapô-la, valendo-se de outros argumentos mais consistentes, ou seja, o autor faz uma restrição.

Faria (op. cit.), postula ainda, que os únicos elementos frequentes encontrados em editoriais são a tese e os argumentos pró-tese. Esses argumentos visam à persuasão do leitor em relação à tese defendida. Já para Araújo (2002), o

gênero editorial é apresentado em três fases diferentes: a definição, que inicia o texto consistindo na exploração de um fato noticioso e na trama de um comentário sobre o mesmo; o desenvolvimento, que aumenta o texto, fazendo com que ele desdobre em argumentos; o desfecho, que conclui o texto, na maioria das vezes, retomando a ideia principal defendida pelo editorialista.

Os gêneros jornalísticos, por apresentarem assuntos polêmicos e atuais, podem possibilitar a concordância e/ou discordância de opinião. Rodrigues (2005) disserta que nos dias de hoje a esfera jornalística representa, com maior destaque, as posições político-ideológicas das classes sociais de maior influência e que o caminho para o exercício da cidadania compromete-se com um posicionamento crítico.

## **1.5 A ARGUMENTAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS**

Conforme já foi visto, na argumentação, o orador tem a pretensão de adquirir o consentimento do auditório, sendo isso confirmado no e pelo discurso. Por isso, cumpri ao falante e ao escritor compor seus enunciados de modo que possam ser indicados, o mais próximo possível, sentidos de acordo com o seu propósito de falar, visto que é por esse viés que possivelmente chegaremos aos ajustes sugeridos pela Nova Retórica.

Koch (2006a) postula que o sentido não é algo já existente à decodificação. A autora afirma que o sentido baseia-se em uma complicada relação de interpretação, em que a condição de discurso produzirá assistência para a complementação dos vazios efetivos nos textos. Dessa forma, podemos afirmar que é na enunciação, nos rastros linguísticos e nas indicações da circunstância de ações recíprocas que os efeitos de sentido são formados. A respeito disso, Charaudeau (2006a) faz referência ao espaço da construção de sentidos.

Assim, podemos declarar que o sentido é composto nas associações interativas e sociais. Charaudeau (2006a) ainda menciona sobre esse assunto, postulando que o sentido é derivado de dois processos comprometidos com a atividade discursiva: o da transformação e o da transação.



O processo da transformação fundamenta-se em significar o mundo, organizando-o em categorias. Isso se dá pelo fato de que, ininterruptamente, o conduz à (des)qualificação e ao julgamento, os dois envolvidos no exercício de argumentar.

O processo da transação está associado à presença do(s) outro(s) participante(s), à vinculação dinâmica entre as pessoas que interagem entre si. Tal processo está vinculado à concepção de auditório sugerido pela Nova Retórica, em que o sujeito que faz o discurso constrói uma imagem do outro, alicerçando-se em funções sociais, nas disposições e nas situações estabelecidas no instante da interação, a começar pelo discurso, ele concederá sentido aos seus referentes. Ou seja, é dizendo para alguma pessoa, mesmo sendo um debate consigo mesmo, que o indivíduo constrói uma ilustração do mundo. Dessa forma, o processo de transformação será constantemente determinado pelo de transação.

Existem ainda elementos envolvidos nesses dois processos, no exercício de significar o mundo: conhecimento e crença. Assim, no discurso, as classes linguísticas ajustam-se, confirmando o sentido do objeto, ou seja, ao designar e classificar, o enunciador faz isso por intermédio de experiências, que talvez podem se alterar ou se conservar. Desse modo, o indivíduo, ao posicionar um olhar em cima do mundo, estará colocando-o dentro de categorias de conhecimento. Simultaneamente, virado para si, visará construir categorias de crença.

O conhecimento e a crença estão dentro do exercício discursivo e são determinantes no formato do processo de interpretação. Define-se, então, como uma relação estreita e mútua e, por meio dela, os indivíduos dão origem aos sentidos discursivos. A respeito da construção e armazenamento do conhecimento, Charaudeau (2006a, p.44) estabelece que:

Pela aprendizagem que se desenvolve através das práticas da experiência, às quais se aplica uma observação na empiria do sentir, do ver e do ouvir, no jogo dos erros e dos acertos, na predição das percepções, e que permite ao sujeito depreender recorrências no interior desses fenômenos, e construir assim uma explicação empírica do mundo fenomenal. E pela aprendizagem dos dados científicos e técnicos que tentam explicar o mundo

a partir do que não é visível com o auxílio de um instrumental intelectual (cálculo, raciocínio, discurso de explicação mais ou menos vulgarizado).

Quaisquer desses componentes que foram adquiridos no aprendizado humano são guardados na memória do sujeito, moldando e aperfeiçoando seus conhecimentos. Obviamente que eles são depurados pelos conhecimentos cultural e histórico de cada pessoa. Geralmente, é verossímil dizer que as experiências estabelecem a "objetividade" do discurso.

Sobre os conhecimentos de crença, esses, paralelamente aos aprendizados, proporcionam o desenvolvimento da interpretação e de construção de sentidos, ao posicionar um olhar adjunto a uma "subjetividade".

De um modo geral, as crenças estão unidas ao ato de julgar e de admirar o mundo, o homem e as normas sociais. Elas visam ao julgamento das condutas sociais, que podem ser aceitos ou não em determinadas sociedades, e à defesa desses julgamentos.

É pelo conhecimento das crenças que os indivíduos podem concordar ou não com certas situações e atitudes. Devendo-se isso à existência de classes avaliativas, como por exemplo: o bonito e o feio, o justo e o injusto, o eficaz e o ineficaz, dentre outros.

Dessa forma, no exercício discursivo, as crenças e os conhecimentos de mundo têm como resultado dois procedimentos para a construção de sentido, e é através deles que a argumentação se realiza.

Charaudeau (2006a, p.46) postula que:

[...] toda informação a respeito de uma crença funciona ao mesmo tempo como interpelação do outro, pois o obriga a tomar uma posição com relação à avaliação que lhe é proposta, colocando-o em posição reativa - o que não é necessariamente o caso da informação que se refere aos conhecimentos.

Esse autor afirma que a compreensão dos conhecimentos e das crenças organiza-se dentro de um procedimento de representação, ou seja, são preparadas por meio de figuras mentais transportadas em discurso e introduzidas como se fossem a própria realidade.

Vale salientar que os vocábulos miram para essas representações, para avaliar ou para julgar e também (des)qualificar. Essa afirmação nos possibilita dizer que a seleção lexical, porventura não é uma ação ingênua, mas portadora de valores.

A respeito da argumentação, é importante ressaltar sobre os efeitos de verdade constituídos no e pelo discurso. Conforme foi apontado, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) alicerçam seus conceitos na ideia de verossimilhança, que o discurso é o responsável por obter e adquirir a adesão pretendida. Ainda aprendemos com esses autores que o sujeito que faz o discurso gera uma figura da pessoa a quem direciona convencer e/ou persuadir e visa a incrementar os discursos preferindo as verdades hipotéticas, aceitas por esse auditório, tendo o objetivo de alcançar um acordo.

Charaudeau (2006a), ainda comenta sobre o efeito de verdade. Para esse autor, esse efeito condiz mais para o parecer, o acreditar, do que para o ser. O efeito da verdade é um resultado da associação entre o indivíduo e o mundo, entre o indivíduo e o seu auditório, porque a "verdade" é estabelecida de acordo com o compartilhamento entre os seres humanos.

Assim, os efeitos de verdade são construídos da mesma forma na interação, discursivamente, sendo que todos os fatores precedentemente citados estão envolvidos: A vida social e histórica, os valores, os saberes de cada um dos participantes.

Para Charaudeau (2006a, p. 49):

[...] o efeito de verdade não existe, pois, fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal

tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e verdade. O que está em causa aqui não é tanto a busca de uma verdade em si, mas a busca de "credibilidade", isto é, aquilo que determina o "direito à palavra" dos seres que comunicam, e as condições de validade da palavra emitida. (grifos do autor)

Charaudeau (2006b), também assinala a respeito das hipóteses de verdade, em outras palavras, são os discursos que absorvem valores específicos (paz, amor, amizade, liberdade, justiça, igualdade, dentre outros) que têm como resultado as caracterizações hipotéticas constituídas e observadas otimistamente pelas categorias sociais, ou pelas comunidades.

A hipótese da tradição mantém-se por discursos que estimam pelos fatos de tempos antigos, pela volta às origens. A convocação a essa espécie de discurso proporciona a recuperação de valores, que foram, no passado, depreendidos por específica sociedade, promovendo alguns comportamentos que caracterizam uma afinidade de grupo. Ou seja, sustenta uma "linha de crença" (Charaudeau, 2006b, p. 212), que ultrapassa a história, conservando a ligação das gerações.

## **1.6 OS REFERENTES E A ARGUMENTAÇÃO**

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) afirmam que, se pensarmos em palavras sinônimas, com determinada relação de familiaridade, seria mais aceitável se as relacionássemos àquelas lexicografadas. Ao utilizarmos certos termos no discurso, estaremos sempre interagindo com os contextos, relacionando-se, dessa forma, em direção à argumentação. Isso acontece inclusive com palavras que aparentam ser imparciais, visto que o fato de escolhê-las aponta uma intencionalidade.

Dessa maneira, quando selecionamos determinadas particularidades de um artigo ou de um discurso, podemos introduzi-las em um contexto e expô-las aos leitores ou ao auditório. O autor do texto estará priorizando uma escolha linguística que consente qualidades argumentativas. Segundo os autores citados, o fato de certos componentes serem selecionados e apresentados ao público ou aos leitores implica na influência e na concernência deles no discurso. Isso porque similar opção

certifica a esses componentes uma presença, sendo um dos fatores fundamentais da argumentação (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.132).

Contemplando, ainda, essa área de ação comum, em que determinadas marcas linguísticas produzem os enunciados, o enunciador poderá alcançar determinados desfechos. Evidenciando-se, assim, que os falantes recorrem às estratégias discursivas para convencer e/ou persuadir os sujeitos a quem o discurso é direcionado.

Ou seja, certas expressões linguísticas permitem cargas de valores que, ao exercer interação com o auditório, alcançam a aceitação ou não aceitação, por parte do auditório, daquilo que essas expressões se referem. Dessa forma, podemos afirmar que isso se dá com a aplicação de adjetivos caracterizadores, de substantivos comuns e, também, de nomes próprios. Sendo qualquer desses aplicados em frases nominais definidas e indefinidas.

Perelman e Olbrechts-Tyteca insistem sobre a relevância da seleção linguística na argumentação. Eles postulam que determinados vocábulos ou frases, como os epítetos, evidenciam uma particularidade do referente, certificando a ele o sentido real. Os autores mencionados afirmam que: "Esse epíteto é utilizado sem justificação, porque se presume que enuncia fatos incontestáveis. Apenas as escolhas desses fatos parecerão tendenciosas" (2002, p.143).

A aceitação ou não aceitação de algum termo pode ser constituída gradualmente pelo bloco de recortes do referente que está vigente no discurso, mostrando que tais seleções envolvem propósitos argumentativos, os quais podem ser alterados ou substanciados, durante o exercício discursivo, pelos participantes.

Verificamos, ainda, que a seleção linguística conduz a uma graduação, ou a uma rotulação, podendo provocar reações negativas ou positivas no leitor e/ou no auditório. Ao escolher um sujeito ou um evento, o orador estará introduzindo seu referente em uma categoria. Podendo isso acontecer com o emprego de determinadas ou indeterminadas expressões nominais.

A respeito desse assunto, também, frisamos o emprego de "definições oratórias" (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2002) como importante opção argumentativa. Esses autores afirmam que as descrições proporcionam colocar em evidência certas particularidades do referente que poderiam não ser percebidas pelo público. Dessa maneira, conforme os epítetos, as definições oratórias cooperam para a descrição dos referentes textuais, inserindo-os em classes e, sucessivamente, expondo-os de modo a qualificá-los ou desqualificá-los.

É importante destacar que o sujeito que escreve o artigo ou faz o discurso, ao empregar uma descrição, começando-a com uma palavra negativa, como, por exemplo, "jamais", estará negando uma proposição realizada anteriormente, ora na circunstância de interação, aplicando o recurso metadiscursivo, ora no âmbito histórico e social.

Para Olerón (1983) qualificar é uma ação de classificar. Sua realização vai depender das qualidades dos leitores ou do auditório, ou seja, as classificações circundam, em determinadas sociedades, com valores seja positivos, seja negativos. As definições já constituídas por certos grupos acerca de determinadas classificações estabelecerão o julgamento e o tratamento certificados às mesmas por um auditório. Assim, a seleção linguística visará a ser continuamente abastecida de propósito argumentativo. O autor mencionado postula que (1983, p. 109):

"a qualificação é um argumento, visto que intervém para determinar a decisão do juiz ou do júri. Mas também a consequência de uma argumentação: a análise dos fatos e sua relação com os textos legais é que vão fixá-la".

Sobre as classificações, é importante ressaltar que elas podem ser negociadas durante o exercício interacional, de modo a serem contraditados e, dessa forma, alterados, podendo apresentar várias categorias que podem ser julgadas como mais apropriadas. Assim, o sentido é construído gradativamente podendo ser conduzido pelas características dos objetos escolhidos pelo autor do texto ou orador. Tal ajuste é aceitável por causa da própria ordenação particular da língua, no desenvolvimento dos enunciados, no processo referencial constituído,

especialmente, pela escolha de termos nominais definidos ou indefinidos. No próximo capítulo trataremos sobre esse tema.

## **2 REFERENCIAÇÃO: IMPORTANTE PROCESSO PARA A ARGUMENTAÇÃO**

Após nosso estudo sobre argumentação pudemos entender que a construção de sentido é exercida no processo discursivo, no diálogo entre as pessoas e é através das noções de crenças e de valores que qualquer ser humano forma e acumula todo conhecimento adquirido em sua vida, tanto pela prática da observação, como pela prática do exercício. Também verificamos que esses componentes expressam-se na língua, que é organizada como discurso, tornando-se possível a adequação das falas dos sujeitos que têm como objetivo a conversação.

### **2.1 O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO NA ARGUMENTAÇÃO**

As nossas atividades diárias giram em torno de nossa vivência com outros seres humanos. Esses hábitos que vamos adquirindo são responsáveis pela organização das operações mentais internas dos indivíduos. Assim, eles estabelecem estratégias para o desenvolvimento de seus trabalhos diários em consonância com as normas socialmente convencionadas. As relações entre linguagem e cognição são estreitas e, assim, podemos considerar a linguagem como importante meio de interação entre a interioridade (corpo) e exterioridade (contexto sócio-histórico-cultural).

Dessa forma, entendemos que é na nossa própria ação discursiva que construímos as referências e as coisas do mundo.

Por isso, entendemos aqui que a referência aponta para a maneira como sócio cognitivamente, interagimos com o mundo:

[...] interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural. A referência passa a ser considerada como resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva



referencial com essa finalidade, as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos-do-mundo, (KOCH, 2002:79).

Assim, entendemos que a progressão referencial ou a referenciação participa da (re)construção de objetos-de-discurso. Em outras palavras, os referentes que empregamos nos discursos não reproduzem diretamente o mundo real e também não são apenas rótulos para nomear as coisas do mundo. Eles são, em concordância com nossa visão de mundo, nossas crenças, atitudes e intenções comunicativas, naturalmente, construídos e reconstruídos dentro do próprio discurso.

Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995) afirmam que a referência diz respeito, principalmente, às operações efetivadas pelos indivíduos conforme o discurso se desenvolve. Desse modo, podemos afirmar que a referenciação constrói uma atividade discursiva e, também, que não fazemos referências a objetos de um mundo estável, fazemos referências a objetos-de-discurso que organizam e reorganizam, por meio da linguagem, a nossa visão de mundo. Para Mondada (2001:9), os objetos-de-discurso:

[...] não são concebidos como expressões referenciais em relação especular com objetos do mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio de sua enunciação. Os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados [...] emergem ex se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.

Dessa maneira, esses pressupostos nos levam a acreditar que a referenciação é o resultado de uma atividade dinâmica e, sobretudo, intersubjetiva, situada na interação e discursivização desenvolvida pelos interactantes na enunciação.

Por isso, cremos em um conceito de realidade que vai além dos elementos experimentais do mundo. Assim, podemos assegurar que é por causa do

complicado sistema, que rodeia língua, mundo e pensamento, que os indivíduos, circunstanciados pela própria intuição, dão significação aos seus referentes, durante a construção de seus enunciados.

Todavia, podemos considerar que a língua não reflete o que é real, pois ela pode ser compreendida de diversas maneiras por diferentes indivíduos. Esse entendimento adapta-se às novas pesquisas a respeito da referenciação (KOCH, 2002; MONDADA e DUBOIS, 2003; KOCH e MARCUSCHI, 2006; KOCH e ELIAS, 2010), que vêm introduzindo novos conceitos sobre língua e mundo. Para esses autores os referentes, considerados como imagens mentais, são construídos pela área perceptivo-cognitiva dos indivíduos no costume social, e a língua é considerada um meio para a construção intersubjetiva de classes que avaliam e que se transformam durante certas interações.

Mostraremos agora alguns pressupostos alicerçando-nos em apontamentos realizados por Koch e Marcuschi (1998). O primeiro é o conceito de língua heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída. Ou seja, a língua é um meio que proporciona a construção discursiva da realidade e não algo pronto. O segundo reporta-se à situação dinâmica e cognitiva da construção de referentes, em outras palavras, ao fato extra mental que é nomeado através de um processo social, criativo, linguístico e cognitivo. Sobre o processo cognitivo, percebemos que a percepção da realidade está claramente relacionada às opiniões do indivíduo que, modifica o que é real em referente com sua qualidade designadora. O terceiro é necessário para poder determinar a reciprocidade entre os dois primeiros. Koch e Marcuschi (1998, p. 171) postulam que:

[...] a referenciação, tal como a tratam Mondada e Dubois (1995), é um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão referência passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de "etiquetar" um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os referentes passam a ser objetos-de-discurso e não realidades independentes. Não quer isso dizer que tudo se transforma numa panacéia subjetivista, mas que a discretização do mundo pela linguagem é um

fenômeno discursivo. Em outros termos, pode-se dizer que a realidade empírica, mais do que uma experiência estritamente sensorial especularmente refletida pela linguagem, é uma construção da relação do indivíduo com a realidade.

Assim, o processo de referenciação textual não pode ser percebido como a própria verdade externa e, dessa forma, implica mostrar a ideia de referente em consonância com Mondada e Dubois (2003) que nomeiam objetos de discurso diferente de objetos de mundo. Sobre os elementos do mundo empírico citados no discurso essas autoras afirmam que:

[...] as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação. (MONDADA E DUBOIS, 2003, p.17)

Nas práticas discursivas, esses estudiosos mostram que os seres sociais constroem objetos de discurso durante as condições interacionais. Essa construção torna-se realizável por meio de escolhas linguísticas em que são introduzidos os referentes textuais em classes, um pouco equilibrados por estereótipos sociais e culturais.

Mondada e Dubois (op. cit.) mencionam sobre a instabilidade constitutiva que são os acordos imprescindíveis em certos encontros. Em consonância com os processos entre os outros participantes, as pessoas vão adequando seus enunciados, sendo que, por várias vezes, o objeto referido é incluído em classes que se adequam, continuamente, à circunstância de interação.

A organização e a progressão textual possibilitam que as classes sejam acordadas ou fortalecidas no enunciado. Assim, dois procedimentos estão ligados: a topicidade e a sequencialidade. A topicidade reporta-se à progressão tópica, ou seja,

aos temas estudados durante a atividade discursiva; e a sequencialidade está ligada à progressão referencial, que é chamada de estratégia de referenciação.

Os processos mencionados podem estar ligados, se caso imaginarmos a designação de referentes, como alicerce do progresso de um tópico discursivo, sendo que ele ainda pode conduzir ou delimitar o avanço referencial; no entanto, conservar o tópico durante a interação, embora facilite, não assegura a progressão referencial.

Em qualquer condição, a significação de um referente textual pode ser dada através do tópico debatido na interação. Assim, os processos de textualização, além de diferentes e suplementares, podem ser codeterminantes.

Mesmo considerando a topicidade e a sequencialidade como os alicerces da progressão dos enunciados, nos voltaremos para os processos referenciais e para o fato de como eles proporcionam a orientação de sentido e o direcionamento argumentativo, dada a construção de objetos de discurso.

## **2.2 A REFERENCIAÇÃO E SUAS ESTRATÉGIAS NO TEXTO**

O processo de referenciação é uma das estratégias determinantes de coesão textual, pois está relacionada ao resgate anafórico ou à projeção catafórica, e, também, à ação interativa do texto. A coesão é compreendida, do ponto de vista textual, como o procedimento responsável pela organização das unidades linguísticas do texto e pela conservação/progressão dos dados contidos nele.

Nesse sentido, podemos afirmar que a coesão apresenta um “entrelaçamento” entre as partes do texto, em outras palavras, uma amarração importantíssima entre declarações e sentenças. Assim, a fala bem como o texto escrito não são organizados somente por uma sequência de palavras ou de frases. O encadeamento de coisas escritas ou faladas forma uma vertente que vai além da sequencialidade.

A coesão colabora para dar textualidade a um grupo de enunciados, que é percebido no nível microtextual, e refere-se à forma como as palavras se ligam dentro de uma sequência. É significativo lembrar que a coesão pode ajudar na determinação da coerência, ainda que nem sempre a coesão se apresente claramente através de marcas linguísticas, o que indica a possibilidade de se compor um texto coerente sem a apresentação explícita da coesão.

Para Koch (2005), a coesão é o evento que diz respeito à forma como os elementos linguísticos fazem parte da superfície do texto, estando envolvidos através de processos também linguísticos, produzindo sequências que conduzem sentido de modo coeso e coerente.

Nesse sentido, alcançam importância decisiva os elementos linguísticos que determinam a conectividade e a retomada, como, por exemplo, os referentes textuais, que asseguram a coesão do texto estampando a visão de mundo do autor. Ainda segundo Koch (2005), são “elementos referencias os itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação”.

Sobre a referenciação, Mondada e Dubois (2003) apostam na ligação entre as palavras e as coisas, e consideram os indivíduos socialmente formados, sendo competentes para adaptar seus discursos a diversas disposições, a qualquer propósito comunicativo, produzindo e reproduzindo suas atividades sociais em consonância com as interpretações do mundo publicamente organizadas.

Esses autores confirmam que há a necessidade de se trocar a expressão referência por referenciação, pois o processo de referenciar é composto como um exercício de linguagem sucedido por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que fabricam mundos textuais dos quais os objetos não refletem fielmente o “mundo real”, mas são constituídos em meio de práticas sociais, ou seja, são objetos-de-discurso.

Esses autores sugerem, então, dois vieses argumentativos para o processo da referenciação: o primeiro é sobre a categorização, através da qual os sistemas

cognitivos oferecem certo equilíbrio ao mundo; o segundo é sobre uma concepção linguística interacionista e discursiva, cujos processos de referenciação são estudados com o fim de construir os objetos-de-discurso e de negociar os protótipos públicos do mundo.

Os objetos discursivos vão determinando ligações de sentido e significado tanto com os elementos que os precedem quanto com os que os sobrevêm, formando uma cadeia textual expressiva. Tal coesão, que dá uniformidade ao texto, vai sendo formada e se sobressai pela utilização de diversos procedimentos, tanto no contexto gramatical quanto no lexical.

Para Koch (2005) a referenciação organiza uma ação discursiva. Essa concepção de análise confirma um ponto de vista não referencial da língua e da linguagem, o que pode gerar uma insegurança das ligações entre as palavras e as coisas. Dessa forma, a verdade é formada, conservada e modificada não apenas pela maneira como denominamos o mundo, contudo, pelo modo como sócio cognitivamente com ele interagimos.

Koch, ainda, postula que o discurso, é tributário de sua construção e, ao mesmo tempo, forma uma representação que atua como uma memória que compartilha e se alimenta do próprio discurso. Portanto, concorda-se que os objetos-de-discurso são dinâmicos: eles podem ser alterados, reativados, desativados, recategorizados etc. Assim, a textualização reflete uma (re)construção do real e não um simples processo de elaboração de informações (cf. KOCH, 2005).

### **2.2.1 Como o processo de referenciação se realiza no texto**

Conforme já foi abordado neste trabalho, a referenciação é considerada um exercício discursivo, portanto, os modelos de referenciação são opções do indivíduo, que está interagindo com outros indivíduos, construídos em função de um querer-dizer, de acordo com que postulam Koch e Elias (2006). Sendo nesse processo de interação que os objetos-de-discurso vão se formando.

O processo referencial introduz no texto novos referentes ou entidades. Quando eles miram para frente, remetem para trás ou servem de alicerce para novas referências, acontece a progressão referencial. Esses referentes não são apenas rótulos pra nomear os objetos do mundo. Eles são compostos e recompostos dentro do próprio discurso, consoante à nossa intuição do mundo, nossas crenças e nossas atitudes, tendo o objetivo comunicativo posto em jogo na circunstância de interação.

Existem algumas estratégias utilizadas por Koch e Elias (2006) para a (re)construção dos referentes textuais:

- a) Introdução ou Ativação (construção): ocorre quando um objeto até então não mencionado é introduzido no texto, ocupando um lugar (endereço cognitivo);
- b) Retomada ou reativação (manutenção): ocorre quando um objeto que já está presente no texto é reativado por meio de uma forma referencial;
- c) Desfocalização ou De-ativação: ocorre quando um novo objeto é lançado no texto, desativando o outro objeto que estava em foco. Todavia, seu endereço cognitivo prossegue no modelo textual, podendo ser ativado a cada instante.

Essas estratégias são acionadas sucessivamente na construção textual. Se por um lado, a introdução e retomada de um objeto consolidam o modelo textual, por outro, poderá existir mudança quando novos referentes forem adicionados. Isso acontece porque durante o processo de composição do texto, outros nódulos podem ser ingressados, ou até mesmo, aqueles que já foram introduzidos receberem novas informações ou apreciações. Koch (2006b, p. 83), afirma que “durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas informações e/ou avaliações acerca do referente”.

Koch (2006b), ainda postula que o modelo textual não se diferencia por uma continuidade progressiva linear. A progressão realiza-se com a ativação de

referentes textuais acrescidos de outros mostrados preliminarmente. Assim, podemos afirmar que o texto é construído pela adição progressiva de suas partes.

A progressão textual faz-se executável por causa da variação de diversos elementos que têm como alicerce a anáfora (o que já foi declarado), a catáfora (o que será declarado) e as fusões, as alusões (o que é sugerido). A esses conceitos Koch (2006b) dá o nome de "codeterminação progressiva".

Sobre a anáfora, os estudos acerca dos processos referenciais contestam o conceito tradicional da palavra. Se tradicionalmente a forma anáfora designava o ato de repetir, trazer novamente, tal coisa se faz pelo valor etimológico do termo que foi traduzido do grego anapherein, vinda do latim referre. Contemporaneamente, para vários autores como Apothéoz, Koch, Marcuschi etc., a anáfora é tida como meio de formação de sentido do texto e de progressão referencial.

Assim, as anáforas viabilizam a retomada/reativação ou a remissão de referentes previamente citados ou percebidos no cotexto. Dessa forma, a retomada anafórica é uma estratégia de progressão discursiva que, embora não exija continuamente uma ligação correferencial, considerado como o modelo de anáfora, possibilita a continuidade referencial, embasada no processo de referenciação.

As expressões nominais referenciais exercem funções cognitivo discursivas essenciais no método de retomada, dentre os quais evidencia-se a ativação/reativação na memória. Assim que a remissão se dá por meio de componentes anteriormente citados ou propostos no cotexto, os termos nominais são ativados na memória do interlocutor. No momento em que há uma recategorização do referente, eles têm função predicativa, uma vez que apresentam nova informação e, também, apresentam a apreciação do produtor do texto, pois os termos anafóricos não são utilizados apenas para mostrar um objeto-de-discurso; eles ainda podem alterá-lo.

Dessa forma, durante a própria atividade discursiva, pode acontecer a retomada ou a alteração dos referentes a partir da recategorização. A inclusão de novos sintagmas nominais adiciona novos vestígios para a construção do sentido,



comprovando ou arredando certas possibilidades socialmente construídas para essas condições de comunicação.

Além das funções mencionadas, as expressões nominais podem, também, cumprir a função de rotulação e encapsulamento. Essa função é própria das nominalizações que trabalham como um sintagma resumidor de um termo apresentado preliminarmente no texto, sumarizando notícias já apresentadas, encapsulando-as num termo nominal.

Os modos remissivos também têm função considerável, visto que, esclarecem a continuação lógica das argumentações mostradas pelo autor do texto. Eles têm a importante função de introdução, de mudança de tópico e ainda de ligação entre tópicos. Isso tudo ocorre sem que a continuidade lógica seja perdida e todo dado novo é conectado a um antigo, sendo dessa forma que se constrói o texto, através de procedimentos de retroação e de progressão.

As retomadas, na retroação, podem se realizar pela aplicação de um hiperônimo. Com função anafórica, ele recupera um vocábulo pouco usado empregando os conhecimentos do interlocutor para elucidá-lo. Existem ainda as características a partir da sucessão hiperônimo/hipônimo; a anáfora especificadora é empregada quando é indispensável um maior requinte da categorização. Geralmente, ela é inserida pelo artigo indefinido e possibilita empregar novas informações ao objeto-de-discurso.

Para Halliday e Hasan, as formas referenciais, em relação à semântica, não podem ser exploradas separadamente, visto que a lógica do texto só se realiza assim que os termos em foco são ligados. Ainda segundo os estudiosos mencionados, existem três categorias de referência: a pessoal, a comparativa e a demonstrativa. A pessoal representa-se nos pronomes pessoais e nos pronomes possessivos. A comparativa configura-se por adjetivos e advérbios, ligados junto à noção de quantidade ou qualidade. A demonstrativa se expressa na utilização de pronomes demonstrativos e advérbios indicativos de lugar.

A respeito do segundo processo coesivo, a substituição fundamenta-se na troca de um termo por outro ou de uma frase inteira. O sistema de coesão por conjunção define o modelo de ligação entre componentes ou frases do texto – nos levando a notar a praticidade do conectivo nas estratégias de referenciação. Em outras palavras, o conectivo, não é somente um elemento que faz ligação, mas, também, que se envolve no sentido do texto.

Existem dois mecanismos, a reiteração e a colocação que fazem parte da coesão lexical que é um modo de substituição por escolha de palavras. A reiteração realiza-se com a repetição de igual termo, mas com a utilização de sinônimos, hiperônimos, hipônimos. Já a colocação intercorre por se ligar a vocábulos concernentes a igual campo semântico. Podem ser de associação parte-todo, parte-parte e por relação hiperonímica.

Alguns autores embasados no processo anafórico evidenciados por Halliday e Hasan, apresentam algumas classificações de anáfora. Para Kock e Marcuschi (2006, p. 392), a anáfora “é uma estratégia de textualização que não supõe continuidade linear de referentes idênticos”, assim, podemos deduzir que existe uma ampla concepção de anáfora, relacionada à ligação de dois componentes textuais, como por exemplo: “um sintagma pode remeter a outro sintagma, ou um pronome pode remeter a uma oração” (GUIMARÃES, 2011, p. 02).

Guimarães (2011, p.02) afirma que “existem duas categoria de anáfora: a direta e a indireta”. A diferença entre as duas é que a direta é um fenômeno textual, está visível no texto, enquanto que a indireta é percebida graças a um método cognitivo, em outras palavras, não está visível no texto, porém pode ser descoberta por meio de elementos que estão no texto, isso dependerá do grau conhecimento do crítico.

Assim, podemos afirmar que a anáfora indireta é, portanto, um tipo de referência textual que compreende atenção cognitiva. Marchuschi (2010) apresenta dois tipos de anáforas indiretas: 1) as que requerem “estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos semânticos armazenados no léxico”; 2) e as que estão “ligadas aos processos inferenciais, ao conhecimento de mundo a aos conhecimentos

enciclopédicos”. Fundamentando-se nesses dois tipos de anáforas indiretas, ele as enumera em seis subtipos: a) anáfora indireta baseadas em papéis temáticos do verbo; b) anáfora indireta baseada em relações semânticas inscritas nos sintagmas nominais definidos; c) anáfora indireta baseada em esquemas cognitivos e modelos mentais; d) anáfora indireta baseada em inferência ancorada nos modelos de mundo textual; e) Anáfora baseada em elementos textuais ativados por nominalizações; f) anáfora indireta esquemática, realizada por pronomes introdutores de referente.

Outra estratégia de referenciação que podemos utilizar são as paráfrases anafóricas, podendo elas serem deficionais ou didáticas. Essas paráfrases que são efetuadas através de expressões nominais têm a função de compor definições. Assim, quando isso ocorre, partindo da retomada de um objeto-de-discurso, tem-se a paráfrase definicional, em outras palavras, o termo a ser determinado é anteriormente referido e, através da anáfora, assinala-se sua definição. Normalmente, esse tipo de referenciação surge junto de termos como um tipo de e uma espécie de. Voltando-nos para a paráfrase didática, a definição é anotada para que depois o termo referencial possa retomá-la, por meio de um sintagma mais vasto. É um meio de inserir uma palavra técnica de maneira mais direta, mais resumida.

Todo o nosso estudo realizado neste capítulo realça a importância de se considerar a referenciação como uma estratégia discursiva, visto que serve para evidenciar pontos de vista, adesões, suposições e orientações argumentativas.

Assim, os referentes podem ser transformados ou desenvolvidos, e, durante todo o método de depreensão, o leitor fabrica uma continuidade representativa que lhe fornecerá explicações a respeito de categorizações e avaliações dos referentes, ajudando-o na interpretação do texto.

### **2.2.2 As expressões nominais referenciais em textos argumentativos**

Koch (2005, 2006a, 2006b) comenta que as expressões nominais e as pronominalizações são importantes estratégias de referenciação e de grande teor argumentativo. Existem dois tipos de expressões nominais; as definidas que são

formulações linguísticas formadas por, ao menos, um determinante definido ou demonstrativo, precedendo um nome. As indefinidas antecedem artigos indefinidos ao nome. As duas expressões mencionadas, também, podem ser nomeadas da seguinte forma: descrições, nominalizações, rotulações metafóricas, metonímicas e metadiscursivas.

Sobre esses modos de nomear as expressões nominais, frisamos que as descrições particularizam-se pelas peculiaridades de um referente textual. Geralmente, o sujeito ativa sinais do objeto que ele considera pertinente evidenciar, em consonância com o seu propósito de dizer.

Assim, entendemos, conforme estudamos no capítulo anterior, que a função da escolha linguística tem grande importância para a argumentação. Que o emprego da descrição pode evidenciar crenças, opiniões e atitudes do falante, e, também, pode demonstrar particularidades do referente consideradas desconhecidas pelo interlocutor, ou seja, a descrição mostra determinados aspectos do objeto, tendo como resultado um processo linguístico que contribui para a argumentação ou, mais propriamente, para os recursos argumentativos.

Em relação às nominalizações, que também têm função argumentativa igual das descrições e das definições, frisamos que o nome, geralmente, é conduzido por um modificador, podendo acompanhar ou preceder um definido ou um demonstrativo ou, ainda, uma estrutura comparativa. Koch (2001, p. 81) afirma que "Por meio da estratégia da nominalização erigem-se em objetos de discurso conjuntos de informações presentes no texto precedente".

Além disso, destacamos que as expressões nominais definidas e indefinidas cooperam progressivamente para construção do referente textual. Normalmente, elas ativam um objeto que, no desenvolvimento do enunciado, será composto. As remissões, como já foram mostradas através de expressões nominais, são práticas da linguagem que proporcionam a (re)construção dos referentes textuais. Ainda é interessante ressaltar que uma de suas funções interativas no texto é, segundo Koch, (2005, p. 35) "a de imprimir aos enunciados em que se inserem, bem como ao

texto como um todo, orientações argumentativas conforme a proposta enunciativa do seu produtor".

Abaixo mostraremos alguns trechos retirados do nosso corpus para entendermos como isso se realiza no texto:

Nas semanas anteriores, vinha crescendo na Europa **um movimento** a favor de **uma nova estratégia** de ajuste, menos recessiva...  
O caso grego é obviamente **o mais dramático**...  
Davos passa por **uma tentativa** de reinvenção...  
Em ambas **as reuniões** figuraram com destaque a preocupação...

As expressões nominais definidas e indefinidas destacadas no texto acima (um movimento, uma nova estratégia, o mais dramático, uma tentativa e as reuniões) são claramente correferencial com as expressões utilizadas em frases anteriores.

Nesse sentido, a aplicação de expressões nominais ainda viabiliza a (re) categorização de partes antecedentes ou posteriores do cotexto, de modo a sumariá-los sob certo rótulo. Koch (2005) postula, ainda, que nos casos mencionados, esses elementos linguísticos, que são chamados de encapsulamentos são inseridos, normalmente, por um demonstrativo, não denominam referentes específicos, mas aqueles "abstratos e frequentemente". Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) mostram a escolha de definições oratórias como estratégia argumentativa, uma vez que elas viabilizam a demonstração de certas particularidades do referente textual, de modo a qualificá-lo ou desqualificá-lo.

Koch também afirma que, através do emprego de encapsulamentos, um referente discursivo novo é formado, alicerçado em uma informação antiga, tornando-se argumento de predicções seguintes. Assim, esse processo linguístico requer do indivíduo uma interpretação da expressão linguística escolhida para encapsular e, também, da parte retomada.

Sobre o papel argumentativo que os encapsulamentos exercem, além de reativarem, na lembrança do sujeito, os dados precedentemente apresentados, ainda podem apontar novos valores, tanto positivos como negativos, as informações já citadas, contendo função avaliativa e persuasiva que contribui com a orientação argumentativa planejada pelo autor do texto. Acerca desse assunto, Koch (2005) confirma que se trata de tipos híbridos, em outras palavras, podemos afirmar que simultaneamente são predicativos e referenciadores trazendo ao falante tanto a informação apresentada, quanto a nova informação.

Koch (2005) ainda afirma que existem duas categorias de encapsulamento: os que rotulam uma parte do enunciado, convertendo-os em objeto-de-discurso e proporcionando a progressão do texto e; os que fazem procedimentos de nominalizações, através de termos deverbais ou não. Sobre o segundo caso Koch postula que:

[...] consistem em rotulações resultantes de encapsulamentos operados sobre predicções antecedentes ou subsequentes, ou seja, sobre processos e seus actantes, os quais passam a ser representados como "objetos-acontecimento" na memória discursiva dos interlocutores. Do ponto de vista da dinâmica discursiva, apresenta-se, "pressupondo" sua existência, um processo que foi (ou será) predicativamente significado, que acaba de ser (ou vai ser) "posto". (2005, p. 39-40)

Podemos citar também a metadiscursividade como outro modelo de rotulação que é um tipo de formulação linguística que sumariza um exercício de linguagem. Nessa circunstância, diferente do encapsulamento, não existe retomada referencial, pois o objeto conquistado e provavelmente (des)qualificado é o próprio discurso.

Ou seja, quando o autor do texto emprega o processo de intertextualidade, introduzindo partes de outros enunciadores, poderá, além de, fazer com que o interlocutor se lembre desse processo, também poderá rotulá-los em consonância com seu projeto de dizer. Assim, esse processo poderá ter como resultado, a rede de sentido do texto, em valores persuasivos, em consonância com o termo linguístico escolhido.

Dessa forma, por inúmeras vezes, o uso dos rótulos metadiscursivos pode ser muito útil para quem precisa escrever um texto com finalidade argumentativa. Francis (2003) postula que os rótulos podem ser apresentados como sinonímias das partes rotuladas. Assim, eles podem ser aceitos como recurso que o falante ou autor do texto escolhe para atingir os objetivos argumentativos de seu artigo ou de seu discurso, manifestando opiniões críticas cobertas por um conteúdo favorável ou desfavorável, concordando com as circunstâncias discursivas.

Koch (2005) afirma que o rótulo metadiscursivo ainda pode ser considerado um recurso que o autor do texto pode empregar para evidenciar afastamento ou discordâncias vinculadas ao discurso rotulado, prosseguindo até mesmo com a ironia ou com a contestação. Por isso, a seleção da expressão metadiscursiva pode ser indício do pensamento do enunciador, tanto para o processo linguístico rotulado, como para as próprias atitudes do produtor do texto.

É importante ressaltar que a aplicação de termos nominais referenciais, tais como nominalizações, rotulações metafóricas, descrições e encapsulamentos, faz parte de uma seleção do autor de textos, conforme o sentido que ele planeja passar para o artigo. Existem nas opções linguísticas, diversos modos de expor e de particularizar o objeto de discurso, dessa forma, a maioria das seleções ainda representará uma função argumentativa. Nesse sentido, Koch (2001, p. 81) afirma que "entre as possibilidades de atribuições a um referente, o sujeito faz escolhas significativas ou, até mesmo, estratégicas, tendo em vista seu projeto de dizer".

Nessa perspectiva, existem várias atribuições gerais ligadas aos termos nominais referenciais, são elas: a cognitiva, a textual, a interativa e a semântica (KOCH, 2006b). Qualquer uma executa importante função na construção do protótipo textual estando diretamente atrelados entre si. Evidenciaremos, dentre as funções que as expressões nominais referenciais exercem, algumas questões que consideramos pertinentes para a composição das orientações argumentativas:

a) Função cognitiva: os termos nominais referem-se a informações prévias ou propostas no cotexto, fazendo com que o interlocutor as (re)ative na memória. E, também, questiona-se a ativação de algumas particularidades do referente, levando

o interlocutor a compor uma imagem, em outras palavras, colocar uma opinião sobre o objeto referido. Esse tipo de ativação está ligada aos conhecimentos considerados compartilhados entre os participantes.

b) Função textual: existe a associação de coesão entre os recursos empregados no nível microtextual. Quanto à macroestrutura textual, os termos nominais mostram a transformação e o desvio de tópicos, servindo para marcar o parágrafo, não obrigatoriamente em seu sentido impresso, mas no sentido cognitivo da palavra (KOCH, 2006b), sinalizando a próxima etapa de uma argumentação.

c) Função semântica: os termos nominais têm fundamental função, uma vez que selecionar o nome/núcleo, munidos de carga avaliativa, fará com que ele seja responsabilizado diretamente pela realização das orientações argumentativas. Sobre isso, Koch (2006b) menciona que mesmo quando o nome é genérico, ele manifestará valores axiológicos, operando como (re)ativador de referentes textuais ou trabalhando como esclarecedor do próprio discurso que utiliza uma parte anterior (metadiscursividade).

Não poderíamos deixar de citar a função do epíteto, ou, também, dos modificadores qualificativos que podem introduzir valores favoráveis ou desfavoráveis aos leitores. Recursos esses que são essenciais na exposição do referente de certa seleção argumentativa.

Compreendemos, assim, que os tipos linguísticos constituem entre si uma ligação contínua que indicará um desempenho do objeto de discurso no cotexto. A imagem formada do referente textual poderá, conseqüentemente, ser ligada a outros componentes culturais e ideológicos.

Apresentados os princípios teóricos que regem as duas questões fundamentais deste trabalho, ou seja, argumentação e referenciação, daremos seqüência às nossas considerações, aplicando os princípios teóricos aos recursos presentes nos editoriais selecionados para análise.



### **3 ANÁLISE DOS EDITORIAIS SEGUNDO OS PROCESSOS DE ARGUMENTAÇÃO E REFERENCIAÇÃO**

Para a realização da análise do corpus, serão consideradas, em primeiro plano, as seguintes categorias que compõem o processo argumentativo:

- As Marcas de subjetividade são o posicionamento do autor do texto, podendo ser percebidas por meio das marcas textuais que sistematizam e/ou organizam o editorial de acordo com as intenções comunicativas do editorialista;
- Os operadores argumentativos são os vocábulos que fazem parte de uma língua e que são estabelecidos e escolhidos pelos falantes com a intenção de reforçar e/ou determinar a força argumentativa do enunciado;
- Os modalizadores, termo ligado aos operadores argumentativos e às marcas de intenção, que evidenciam a maneira como o falante se articula no discurso;
- Dá-se a construção da credibilidade quando o autor do texto baseia seus argumentos, na maioria das vezes, em referências científicas, citações, dados e comprovações estatísticas. Em outras palavras, nesse caso, os argumentos são construídos em fatos consistentes e incontestáveis para o leitor;
- O emprego de orações substantivas, especialmente as subjetivas, configura-se como estratégia argumentativa, integrando as orações principais por meio de conectivos ou apresentando-as nas formas nominais.

Num segundo momento, serão exploradas as categorias constitutivas do processo de referencialidade, que de alguma maneira se fazem instrumentais de persuasão:

- As estratégias utilizadas por Koch e Elias (2006) para a (re)construção dos referentes textuais que são a introdução ou a ativação, a retomada ou a reativação (manutenção), e a desfocalização ou de-ativação;

- A utilização da anáfora (o que já foi declarado), da catáfora (o que será declarado), das fusões e das alusões (o que é sugerido) para que o artigo tenha progressão textual e argumentatividade;
  
- As expressões nominais que têm grande importância no processo de persuasão. Elas cumprem a função de rotulação e encapsulamento. Sendo funções próprias das nominalizações que trabalham como um sintagma resumidor de um termo apresentado preliminarmente no texto, sumarizando notícias já apresentadas, encapsulando-as num termo nominal;
  
- Os modos remissivos que têm importante função, visto que, esclarecem a continuação lógica das argumentações mostradas pelo autor do texto;
  
- As três categorias de referência: a pessoal, a comparativa e a demonstrativa são fundamentais para o processo argumentativo;
  
- A substituição fundamenta-se na troca de um termo por outro ou de uma frase inteira. O sistema de coesão por conjunção define o modelo de ligação entre componentes ou frases do texto – nos levando a notar a praticidade do conectivo nas estratégias de referenciação;
  
- As funções cognitiva, textual e semântica das expressões nominais referenciais são importantes para a composição das orientações argumentativas.

### 3.1 CATEGORIAS QUE COMPÕEM O PROCESSO ARGUMENTATIVO

#### 3.1.1 A subjetividade nos editoriais em análise

A opinião do editorialista pode ser verificada no texto por meio das marcas textuais que estruturam e/ou sistematizam o artigo de acordo com as intenções comunicativas do produtor do texto. Esses produtores apresentam-se por meio de conformidade ou aprovação de certas opiniões e/ou assuntos tematizados no texto. Claramente, esses autores manifestam-se no texto de modo diversificado, uma vez que o articulador do texto o faz, na maioria das vezes, em terceira pessoa. Dessa forma, podemos perceber nos editoriais em análise essas marcas deixadas pelo editorialista:

##### Exemplo 01

Davos passa por uma **tentativa** de **reinvenção** depois de a crise de 2008 ter abalado várias certezas sobre as **virtudes** do livre mercado. A Europa também almeja um recomeço, com aprofundamento de sua integração, diante da alternativa **assustadora** de colapso da moeda única.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

##### Exemplo 02

A Europa continuará sendo um **peso morto** para a economia mundial, em 2012, segundo as novas projeções da Comissão Europeia, **mais pessimistas** que as divulgadas em novembro. Entre as maiores potências do mundo rico, só Estados Unidos e Japão deverão continuar exibindo algum **dinamismo**, se as tendências recentes se mantiverem. O Panorama europeu, já **muito feio**, ficou pior com as novas estimativas divulgadas ontem. A produção da zona do euro deverá encolher 0,3% neste ano e alguma recuperação só deverá começar no segundo semestre. A estimativa anterior, já **muito modesta**, era de uma expansão de 0,5%.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

Nos dois casos, os editorialistas mostram suas posições por meio do emprego de determinados substantivos e adjetivos axiológicos (tentativa, reinvenção, virtudes, assustadora, peso, morto, pessimistas, dinamismo, feio, modesta) evidenciando-se,

assim, a opinião do autor em relação aos fatos. No segundo exemplo, o autor, ainda, se utiliza dos advérbios mais e muito para intensificar os sentidos dos adjetivos pessimistas, feio e modesta. Dessa forma, o propósito comunicativo evidencia-se no contexto da enunciação, levando o leitor ao convencimento por meio do encadeamento dos argumentos.

A respeito dos elementos estruturais do editorial jornalístico, como já foi postulado, ele é um gênero discursivo onde se procura convencer o leitor sobre um ponto de vista determinado através de um processo de argumentação de acordo com uma determinada situação adotada pela instituição e que, na maioria das vezes, é preponderante em relação a alguma outra voz. Dessa forma, o editorialista não se expõe claramente, como um “eu” de onde deriva a opinião a ser sustentada.

Podemos perceber que constantemente os argumentos são incluídos no texto com valor de verdade irrefutável, como se não existissem maneiras de recusá-los ou questioná-los. Sendo esse aspecto analisado detalhadamente mais à frente.

Sobre isso, é relevante ratificar que os editoriais não são assinados pelo escritor e são compostos, na maioria das vezes, em terceira pessoa. Benveniste (1989) afirma que o emprego da terceira pessoa pode ser uma maneira de, meramente, esconder o responsável pelo texto.

De alguma maneira, esse processo orienta o autor em sua composição argumentativa e faz com que ele tenha uma entonação mais branda, em outras palavras, um determinado afastamento se constitui subentendidamente entre o autor do texto e o leitor. Dessa forma, podemos perceber, conforme se dá com os editoriais, os instantes em que as categorias dessa subjetividade aparecem na extensão do editorial, especialmente por meio de organizações avaliativas, segundo o que será apresentado nos exemplos a seguir:

### Exemplo 03

Davos passa por uma tentativa de reinvenção depois de a crise de 2008 ter **abalado** várias certezas sobre as **virtudes** do livre mercado. A Europa também **almeja** um **recomeço**, com aprofundamento de sua integração, diante da **alternativa assustadora de colapso** da moeda única.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

### Exemplo 04

A Europa continuará sendo um **peso morto** para a economia mundial, em 2012, segundo as novas projeções da Comissão Europeia, **mais pessimistas** que as divulgadas em novembro. Entre as maiores potências do mundo rico, só Estados Unidos e Japão **deverão continuar exibindo** algum dinamismo, se as tendências recentes se mantiverem.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

Podemos perceber, ainda que subentendido, o parecer do editorialista em relação ao histórico da crise europeia. Através da apresentação dos fatos e das evidências a eles outorgados, o escritor transmite os argumentos de maneira envolvente a fim de tecê-lo em sua opinião a respeito do tema proposto. Concomitantemente o escritor noticia sobre os acontecimentos se posicionando com intenção de alcançar a aprovação dos leitores.

O editorial tem o ofício interpessoal colocado em destaque, por ser um artigo fundamentalmente argumentativo, ou seja, põe em destaque o diálogo dos papéis desenvolvidos pelos leitores no fenômeno comunicativo. É, ainda, o lugar em que é cobrado compromisso e cautela, julgam-se políticas públicas ou também são defendidos ideais políticos. Então, idealiza-se o diálogo com diversas instâncias. Dessa forma, o elemento dialógico sugere a composição do texto. Compete, portanto, ao autor do texto explicitar o ponto de vista do jornal por meio da manifestação/apresentação do assunto a ser discutido, simultaneamente, ele precisa explicar argumentos sustentados pela instituição.

Nos exemplos a seguir mostraremos outros termos averiguados nos editoriais que transmitem as marcas de subjetividade:

### Exemplo 05

Os dados **impressionam**, mesmo antes da crise...uma mudança **dramática** em relação ao padrão distributivo que vigorara desde os anos 1930.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

### Exemplo 06

O caso grego é **obviamente o mais dramático**. Com a contração econômica de 2,8% prevista no último outono europeu, o governo já teria muita dificuldade, neste ano, para arrecadar o dinheiro necessário para complementar o aperto orçamentário. De acordo com a nova projeção, o **encolhimento** será, no entanto, de 4,4%. **Embora em condições menos penosas**, outros governos forçados a adotar duras medidas de estabilização fiscal também terão **muita dificuldade** para alcançar as metas orçamentárias nas condições agora previstas para o ano.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

Ao utilizar, no exemplo 05, os termos impressionam e dramática, o autor expressa no editorial seu ponto de vista e expõe ao leitor uma orientação para ser aplicada no transcorrer da leitura. Dessa forma, o autor tem a pretensão de influenciar o leitor pela opinião exposta. No exemplo 06, acontece a mesma coisa, quando o editorialista também mostra a sua opinião por meio dos termos/sinais apresentados no texto: é obviamente o mais dramático, o encolhimento, embora em condições menos penosas e muita dificuldade.

### Exemplo 07

**Qualquer que seja o novo caminho, se algum vier a ser encontrado**, melhorar a distribuição de renda será um elemento central – em particular nos países desenvolvidos, que veem definhando sua classe média sob a pressão competitiva de novos atores globais.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

### Exemplo 08

Mesmo com essas políticas, **a situação poderia ser um pouco menos dramática** se os europeus dispusessem de um fundo de resgate financeiro mais poderoso e adotassem a responsabilidade fiscal compartilhada, por meio da emissão de eurobônus...Mas alguns líderes, especialmente os alemães, continuam apostando na **cirurgia sem anestesia como o melhor tratamento para os males fiscais**.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

Nesses dois exemplos os escritores permanecem apresentando os seus pontos de vista, contribuindo, assim, para a organização argumentativa dos artigos e criando, dessa forma, uma associação aberta com o leitor. No exemplo 07, o autor traz quase que uma explicação para manter seu argumento: “Qualquer que seja o novo caminho, se algum vier a ser encontrado” deixando claro que dificilmente a Europa encontrará um caminho. Já no exemplo 08 o autor afirma que “a situação poderia estar um pouco menos dramática” e finaliza o texto com a afirmação de que a política fiscal utilizada pelo governo alemão, provavelmente, não dará certo (continuam apostando na cirurgia sem anestesia como o melhor tratamento para os males fiscais).

A subjetividade apresentada nos editoriais que compõem o corpus deste trabalho colabora para evidenciar que a imparcialidade no texto jornalístico, na maioria das vezes, não existe e que as marcas do autor, os valores, a visão de mundo são peculiares ao texto e ao discurso. Essas marcas mostram que o conteúdo do texto é, constantemente, monitorizado por seu autor que, em processo recíproco com o leitor, busca influenciá-lo e persuadi-lo da veracidade dos fatos propostos por ele.

Mesmo com os métodos de produção do efeito de objetividade, é possível constatar, partindo dos modalizadores apresentados, um posicionamento do autor do texto e uma intencionalidade procedente da disposição argumentativa arquitetada nos editoriais. Dessa forma, nota-se que os elementos linguísticos apresentados não são somente emissores de informação, mas também são técnicas de manipulação que evidenciam os propósitos dos editorialistas de agir argumentativamente, direcionando a leitura.

Essa inexistência de imparcialidade pode ser conferida já nos títulos dos editoriais, que evidenciam significativamente as marcas de subjetividade, levando o raciocínio do leitor no mesmo sentido do ponto de vista de cada um deles: “Desafios à Europa” e “Piora a Crise na Europa”. Percebe-se, ainda, que tanto o título quanto o teor do editorial do jornal O Estado de São Paulo apresentam mais marcas de subjetividade que o jornal Folha de São Paulo conforme quadro a seguir:

	Adjetivos Axiológicos	Substantivos Axiológicos	Advérbios Modalizadores e/ou de Intensidade	Total
Folha de São Paulo	14	16	7	<b>37</b>
O Estado de São Paulo	17	15	13	<b>45</b>

Algumas opções lexicais, alguns índices de subjetividade, algumas opiniões apresentadas inserem, no texto, opiniões calorosas, substanciando, assim, o ponto de vista do editorialista. Dessa forma, investigar o método de composição do discurso possibilita que se testemunhe o modo como o autor do texto age sobre a movimentação do ato de comunicação, mostrando como o posicionamento do sujeito compõe o texto. Além das marcas de subjetividade apresentadas aqui, existem diversos elementos como verbos, auxiliares modais, fontes etc. que também mostram a presença do autor do texto, conforme mostraremos a seguir:

### Exemplo 09

A Europa também **almeja** um recomeço.

Os dados **impressionam**, mesmo antes da Crise.

A continuidade dessa tendência **passa a ser** reconhecida pela elite dirigente.

...na Espanha atinge 23% da força de trabalho e **supera** dramáticos 40% na população mais jovem.

...a perda de contínua de legitimidade social **poderá ameaçar** o próprio projeto europeu.

(Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012).



...Reino Unido **conservarão** algum vigor e **salvarão** e o conjunto de um resultado negativo.

A **Comissão Europeia** mantem, portanto, a posição favorável de um forte aperto...

Numa entrevista ao **Wall Street Journal**, o presidente do Banco Central Europeu **reforçou** essa mensagem.

(O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012)

### 3.1.2 O papel das orações subjetivas nos editoriais

O emprego de orações substantivas é mais comum em artigos de opinião, mas, também, são utilizadas pelos editorialistas, pois elas completam os sentidos das orações que são chamadas de principais por meio de conectivos ou apresentando-se nominalmente.

O autor do editorial utiliza essas orações porque elas podem ser explicativas, podem inserir citações e podem demonstrar dados. Assim, no editorial do Jornal Folha de São Paulo, podemos perceber a presença dessas frases, evidenciando-se, dessa forma, o argumento e não exatamente o ponto de vista do autor. Em outras palavras, quando o argumento é topicalizado, o editorialista se esconde e o seu posicionamento é aparentemente apagado, assim, conseqüentemente, fortalece e destaca a argumentatividade das questões que sustentam as opiniões do editorialista. No exemplo a seguir, perceberemos a presença dessas construções:

#### Exemplo 10

Por justiça e por pragmatismo, **[espera-se] que a recém-lançada preocupação social** enseje iniciativas adicionais de proteção para os trinta milhões de novos pobres surgidos da Europa.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

Quando um autor utiliza as orações substantivas, ele tenta dissertar sobre os acontecimentos, evidenciando a explicação dos fatos e não a sua opinião, construindo, concomitantemente, a sua argumentação. Dessa forma, ele envolve o

leitor e o conduz pela força argumentativa. Ao utilizar essa estratégia, o editorialista evidencia a força das palavras, é como se os argumentos não pudessem ser contestados e/ou reprovados.

Atentamos, ainda, para a utilização de outros termos, além do que foi apresentado acima, que têm teor afirmativo e que também inserem as orações substantivas no texto, tais como: é bom, é útil, é conveniente, é certo, parece certo, é claro, está evidente, está comprovado, entre outras. O termo que está entre colchetes no exemplo 10 funciona como modalizador, enquanto exprimem uma avaliação ou um posicionamento.

Contudo, é importante mencionar que é uma avaliação que não é posta em discussão. Ela é introduzida no texto como verdade, como fato concludente. Assim, esse resultado torna-se eficaz quando a oração que integra esses termos apresenta, principalmente, natureza afirmativa e forte carga avaliativa da parte do escritor.

A utilização desses recursos nos faz acreditar que o escritor utiliza essa estratégia para preparar a sua argumentação de maneira mais persuasiva, pois seu objetivo principal é conseguir que o leitor concorde com o seu ponto de vista. Sobre o aspecto argumentativo, as orações substantivas funcionam como âncora aos argumentos do editorialista, uma vez que alimentam o seu ponto de vista durante a composição do texto.

### **3.1.3 A construção da credibilidade nos editoriais**

Nos editoriais os argumentos são construídos, na maior parte das vezes, a partir de referências científicas, citações, dados de fontes reconhecidas como legítima e comprovações estatísticas. Em outras palavras, o autor apoia-se em fontes incontestáveis para que o leitor possa acreditar nos argumentos. Nos exemplos a seguir, pode-se notar, pela abordagem dada ao tema, esse tipo de preocupação do autor:

### Exemplo 11

Como de costume, explicam **os autores do relatório**, a manutenção das políticas fiscais conhecidas até agora "com suficiente certeza" foi um dos pressupostos adotados para as projeções. Um aperto mais forte, no entanto, "parece necessário em alguns Estados-membros". Se medidas adicionais forem adotadas, "isso poderá elevar a confiança e aliviar a pressão dos mercados financeiros", de acordo com o documento. No curto prazo, admitem os autores, isso poderia prejudicar o crescimento econômico, mas os efeitos seriam positivos num período mais longo.

Para não deixar dúvida, **o comissário de Assuntos Econômicos e Monetários da União Europeia, Olli Rehn**, defendeu a manutenção do aperto fiscal nos países mais sujeitos à pressão dos mercados. Numa entrevista ao **Wall Street Journal**, **o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi**, reforçou essa mensagem. Não se deveria, segundo ele, interpretar a piora das condições econômicas como um convite para relaxar as políticas de ajuste.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

No exemplo acima (11), analisando o tema citado, não existe dúvida de que a Comissão Europeia, autora do relatório sobre a Crise na Europa seja uma importante fonte para a defesa do ponto de vista do editorialista, o mesmo serve para as outras fontes como o comissário de assuntos econômicos e monetários, o Wall Street journal e o presidente do Banco Central, Mario Draghi. Dessa forma, as fontes utilizadas acabam dando um caráter confiável no tratamento do tema. Quem está informando não é o autor do editorial e sim uma fonte confiável.

Assim, o leitor que o editorialista presume é um leitor "de prontidão" para recepcionar a sua informação, um leitor que se modela e que se constrói de "fora para dentro".

#### 3.1.4 A importância dos operadores argumentativos nos editoriais jornalísticos

Conforme já foi postulado, a argumentação faz parte das atividades de linguagem por meio de diversos recursos. Esses recursos, como, por exemplo, os

conectivos, são chamados de operadores argumentativos de ordem gramatical e se destacam, porque são elementos que, para Koch (2000), trabalham diretamente na opinião a ser manifestada no editorial, constituindo coerência entre os componentes do texto e entre os leitores.

Koch (2000) e Guimarães (1999), afirmam a importância do emprego de outros operadores argumentativos que, também, são fundamentais na construção argumentativa dos editoriais, pois esses operadores podem estabelecer ideia de adição, de conclusão, de comparação, de justificativa, e pressuposição, dentre outros. Serão analisados, no entanto, os operadores argumentativos encontrados nos dois editoriais selecionados, tendo em vista a sua recorrência e utilização em cada texto.

O tipo de operadores se diferencia nos dois artigos em análise. Os operadores que indicam ressalva ou concessão são mais utilizados pelo autor do editorial do Jornal O Estado de São Paulo. Parece que o objetivo dele é o de construir junto ao leitor a opinião e não somente apresentá-la. Já no editorial do Jornal Folha de São Paulo, o editorialista utiliza-se mais dos operadores cuja função é introduzir enunciados pressupostos, tentando não emitir sua opinião abertamente, conforme são evidenciados nos exemplos a seguir:

### **Exemplo 12**

No curto prazo, admitem os autores, isso poderia prejudicar o crescimento econômico, **mas** os efeitos seriam positivos num período mais longo. Oficialmente, a Comissão Europeia mantém, portanto, a posição favorável a um forte aperto nesta fase.

Isso daria maior segurança aos países mais pressionados e facilitaria a execução de seus programas de ajuste. **Mas** alguns líderes, especialmente os alemães, continuam apostando na cirurgia sem anestesia como o melhor tratamento para os males fiscais.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

### Exemplo 13

Líderes mundiais discutem em Bruxelas e em Davos como superar a séria crise financeira sem agravar **ainda** mais a situação social.

No caso europeu, o problema é **ainda** mais agudo em razão da austeridade fiscal que será a regra nos próximos anos.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

No exemplo 12, o conectivo particulariza uma oposição em relação à ideia inicial, ao que foi posto pelo autor e que deriva de outra voz, uma posição que difere da posição inicial, que surge marcada pelo “mas”.

A estratégia de utilização do “mas” demanda do leitor um movimento de construção e desconstrução em relação ao texto. O editorialista se posiciona, mas insere outros pontos de vista a serem questionados, mostrando que não continuará somente com o debate inicial, no caso o que diz respeito só ao consentimento do tema do artigo. Podemos perceber que essa particularidade é persistente e importante, pois o questionamento traduz e revela as opiniões do indivíduo que adere ao posicionamento do autor por meio do texto socialmente apresentado e com objetivo de sustentar um ponto de vista e provocar outro.

Guimarães (1987, apud MONNERAT, 1997) afirma que as diferenças ao utilizarmos os conectores podem ser percebidas por meio de duas estratégias: a de antecipação e a de suspense. Quando levamos o leitor, através do “mas” a uma conclusão, o editorialista emprega a estratégia de suspense, em que se insere o argumento depois da inferência da conclusão. Quando é utilizada a estratégia de antecipação, o escritor revela, antecipadamente, que o argumento inserido será suprimido. Assim, o editorialista do Jornal O Estado de São Paulo, apresenta-se mais como criador de opinião, como se o seu compromisso fosse além do convencimento do leitor.

Já no exemplo 13, o advérbio “ainda” orienta o interlocutor no sentido de concluir algo que está pressuposto: que, antes do momento da enunciação, já sabemos que a situação social na Europa é grave.

Esse aspecto é muito significativo para a estruturação argumentativa dos textos, pois a pressuposição está diretamente relacionada à construção de sentido. Ducrot (1987) postula que “pressuposto” é diferente de “subentendido”, pois o primeiro reporta-se à natureza de um elemento semântico que está registrado no enunciado, ou seja, o pressuposto que está escondido no enunciado é caracterizado pela maneira como esse elemento semântico é incluído no sentido do texto. A utilização de marcadores de pressuposição acarreta uma relação de compromisso dos interlocutores correlacionada ao teor do discurso.

O editorialista, ao empregar o termo “ainda” no exemplo 13, evidencia a estrutura textual, chamando a atenção do indivíduo que está lendo o texto para o que poderá sobrevir, apoiando-se no pressuposto de que a crise na Europa pode se intensificar.

Assim, entendemos que o encadeamento discursivo é marcado pelos operadores argumentativos, que são responsáveis pela organização dos enunciados de um texto, pois concedem ao mesmo um direcionamento argumentativo.

Agora passaremos para o segundo momento da análise.

## 3.2 CATEGORIAS CONSTITUTIVAS DO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

### 3.2.1 A referenciação nos editoriais em análise

Observando a potencialidade argumentativa na utilização das expressões nominais referenciais, Koch (2001, p. 76) postula que, ao aplicarmos a estratégia de descrição definida, “opera-se uma seleção entre propriedades passíveis de serem atribuídas a um referente, daquela(s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevantes para o locutor, tendo em vista a viabilização do seu projeto de dizer.” Assim, ao se adotar esse conceito, a argumentação discursiva ainda pode ser inserida no texto, bem como ser corroborada e reorganizada através das estratégias referenciais. Ou seja, o ato de “referir” e de formar certo objeto do discurso é ocasionado pela representação referencial que o falante planeja despertar e impulsionar discursivamente.

Assim, os referentes podem ser alterados ou desenvolvidos, e, durante o processo de apreensão do texto, o leitor vai produzindo uma série representativa que dará a ele informações a respeito de categorizações e avaliações dos referentes, auxiliando-o, assim, na compreensão do texto.

A seguir mostraremos, por meio de alguns trechos dos editoriais em análise, como é importante para o texto argumentativo, o processo de referenciação:

#### Exemplo 14

As manchetes econômicas dos últimos dias foram dominadas por dois eventos: **o Fórum Econômico Mundial de Davos**, que reúne a elite global, e **o encontro dos líderes europeus em Bruxelas**. Apesar dos objetivos diferentes, houve alguns pontos de convergência.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

### Exemplo 15

A Europa continuará sendo um peso morto para a economia mundial, em 2012, segundo as novas projeções da Comissão Europeia, mais pessimistas que as divulgadas em novembro. Entre as maiores potências do mundo rico, só Estados Unidos e Japão deverão continuar exibindo algum dinamismo, se as tendências recentes se mantiverem. **O panorama europeu**, já muito feio, ficou pior com as novas estimativas divulgadas ontem. A produção da zona do euro deverá encolher 0,3% neste ano e alguma recuperação só deverá começar no segundo semestre. **A estimativa anterior**, já muito modesta, era de uma expansão de 0,5%. Para os 27 países da União Europeia, o crescimento previsto foi reduzido de 0,6% para zero, na média. Alemanha, França, Áustria, Eslováquia, Dinamarca e Reino Unido conservarão algum vigor e salvarão o conjunto de um resultado negativo.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

No exemplo 14, o editorialista inicia o texto utilizando a catáfora, que tem a função de anunciar o que vai ser dito, para dar argumentatividade ao texto.

Já no exemplo 15, a recategorização da expressão nominal “Crise Europeia” acontece pela utilização de uma expressão referencial com retomada (O panorama europeu) o que evidencia uma orientação argumentativa do editorialista. Ainda no exemplo 15, a expressão “A estimativa anterior”, indicia ou recupera algum fato comentado num espaço que não se explicita no editorial em análise, mas que, certamente constitui-se como ocorrência de referenciação.

Contudo, não é somente nos processos de referenciação com retomada que essa perspectiva funcional dos termos nominais se apresenta. Existe ainda, nos casos de referenciação indireta, principalmente nas anáforas encapsuladoras e associativas, uma evidente orientação argumentativa do autor na seleção lexical em que se dá a ativação dos objetos do discurso, como se percebe no exemplo abaixo (16) (Em ambas as reuniões). E, visto que, essa construção não é apenas de um único lado, a percepção dessas estratégias necessita ser constantemente confirmada e provada pelos leitores.



### Exemplo 16

**Em ambas as reuniões** figuraram com destaque a preocupação com os custos sociais do atual ambiente recessivo no mundo rico e a constatação de que o modelo das últimas décadas caracterizou-se por **iniquidade excessiva**.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

O encapsulamento apresentado no exemplo 16 suscita um procedimento indireto de referenciação através do termo “iniquidade excessiva”. Essa expressão sintetiza uma ação preparada anteriormente na extensão do texto, adquirindo valor argumentativo por meio de modificadores como “iniquidade”. Assim, tanto os encapsulamentos quanto as anáforas associativas podem, também, evidenciar, em seus procedimentos, uma ação argumentativa estratégica, principalmente, no que diz respeito à escolha dos vocábulos.

As expressões nominais ainda podem cumprir o papel de sumarização/encapsulamento e de rotulação. Esse papel é próprio das nominalizações que trabalham como um sintagma sintetizador de um termo utilizado preliminarmente no editorial, encapsulando notícias que já foram citadas, resumindo-as em uma representação nominal. Nos exemplos abaixo (17, 18 e 19) esse processo é demonstrado nos termos “dessa tendência”, “Isso poderá elevar” “isso poderia prejudicar” e “Um documento com essa proposta”, pois, recupera, quase que por completo, o enunciado precedente:

### Exemplo 17

No momento atual de baixo crescimento e alto desemprego - recorde na Europa desde a criação do euro – a continuidade **dessa tendência** passa a ser reconhecida pela elite dirigente como politicamente insustentável.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

### Exemplo 18

Se medidas adicionais forem adotadas, "**isso poderá elevar** a confiança e aliviar a pressão dos mercados financeiros", de acordo com o documento. No curto prazo, admitem os autores, **isso poderia prejudicar** o crescimento econômico, mas os efeitos seriam positivos num período mais longo.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

### Exemplo 19

Nas semanas anteriores, vinha crescendo na Europa um movimento a favor de uma nova estratégia de ajuste, menos recessiva e com mais espaço para medidas de estímulo à reativação econômica. **Um documento com essa proposta** foi enviado há poucos dias à Comissão Europeia por 12 chefes de governo, incluídos o primeiro-ministro da Itália, Mario Monti, e o do Reino Unido, David Cameron.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

As anáforas indiretas são bastante utilizadas em editoriais, pois, segundo Koch (2002) elas provocam dois processos importantes para a progressão textual: a ativação, que é o processo que introduz novas informações e a reativação/retomada, que é o processo que assegura a continuidade referencial, contribuindo, dessa forma, para dar argumentatividade ao texto. Conforme se verifica nos exemplos abaixo:

### Exemplo 20

O caso grego é obviamente o mais dramático. Com a contração econômica de 2,8% prevista no último outono europeu, o governo já teria muita dificuldade, neste ano, para arrecadar o dinheiro necessário para complementar o **aperto orçamentário**. De acordo com a nova projeção, o encolhimento será, no entanto, de 4,4%. Embora em condições menos penosas, outros governos forçados a adotar duras medidas de estabilização fiscal também terão muita dificuldade para alcançar as metas orçamentárias nas condições agora previstas para o ano.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

Assim, na maioria das vezes, as anáforas indiretas aparecem no editorial como termos referenciais já versados, pois, além de constituir pontos e ancoragem com certo dado apresentado anteriormente, fazem, igualmente, parte do universo textual. Dessa forma, esse processo equipara-se a uma ativação-reativação para dar continuidade ao comando referencial. É o que ocorre, no exemplo 20, com o termo “aperto orçamentário”, que, mesmo aparecendo como um novo referente aparenta ser uma expressão já conhecida, pois está ancorada ao antecedente “crise financeira na Europa”, reativando-o, de certa maneira, porque ambos os termos levam os leitores a iguais comandos de referência. Assim, podemos afirmar que o saber do mundo provocado pelos procedimentos cognitivos inferenciais é muito significativo para o esclarecimento desse enunciado. Mesmo que ainda não haja diretamente uma retomada, a continuidade do tema e a coerência do texto permanecem asseguradas, pois existem tópicos ancorados que constituem ligações entre a notícia nova e a apresentada, visto que o interlocutor provoca seu programa cognitivo, permitindo, então, essas ligações.

Assim, Marcuschi (2005) afirma que as responsáveis pela ativação de novos referentes no texto são as anáforas indiretas e que as responsáveis pela reativação/retomada de referentes já conhecidos são as anáforas diretas que retomam um termo inserido anteriormente, funcionando como um tipo de sinônimo, constituindo, dessa forma, uma relação de correferência, sendo, também, importante processo de argumentatividade no texto. Conforme veremos no exemplo a seguir:

### Exemplo 21

Entre 1976 e 2007, de cada dólar adicional de renda gerado nos EUA, 58 centavos foram **apropriados pela pirâmide (1% dos domicílios)**, uma mudança dramática em relação ao padrão distributivo que vigora desde os anos 1930. A parcela de renda total apropriada por esse **diminuto contingente da população** cresceu de 8,9% para 23,5%.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

No exemplo acima (21), percebemos, de forma clara, uma relação de correferência entre os conteúdos evidenciados (pirâmide (1% dos domicílios) – diminuto contingente da população), pois os dois se reportam ao mesmo grupo de pessoas. Assim, podemos afirmar que a pirâmide (1% da população) é o termo que antecede diminuto contingente da população. Dessa maneira, essa estratégia, segundo Koch e Elias (2006) reflete o procedimento motivador da preservação do foco em termos já inseridos no texto, que dão procedência às cadeias referenciais responsáveis pela progressão referencial.

No exemplo abaixo (22), verificamos a importância do nome-núcleo que é constituído pelo vocábulo genérico “afrouxamento” voltando-se para o fato da “possibilidade de alguma redução das metas fiscais”. Nesse acontecimento, podemos perceber que o nome-núcleo genérico é imparcial. Nesse caso, a palavra afrouxamento, termo genérico, é utilizada para recategorizar uma parte antecedente do texto, orientando o leitor argumentativamente.

### Exemplo 22

Na véspera da publicação das novas projeções, circularam rumores, nos mercados, sobre a **possibilidade de alguma redução das metas fiscais** adotadas em países com grandes problemas orçamentários, como Grécia, Espanha, Portugal e Itália. **O afrouxamento** seria necessário, **segundo uma autoridade europeia** mencionada pela agência Reuters, por uma questão de realismo.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

Ainda no exemplo 22, percebemos que o autor do editorial faz menção a uma autoridade europeia (segundo uma autoridade europeia), não sabemos exatamente quem é essa autoridade, pois ele faz uso do artigo indefinido “uma” não retomando uma pessoa que já estava inserida no texto, ou seja, ele insere uma pessoa nova. Já no exemplo abaixo (23) o autor utiliza o pronome “ele” para se referir a uma pessoa que estava inserida no texto (Mario Draghi).

### Exemplo 23

Para não deixar dúvida, o comissário de Assuntos Econômicos e Monetários da União Europeia, Olli Rehn, defendeu a **manutenção do aperto fiscal nos países mais sujeitos à pressão dos mercados**. Numa entrevista ao Wall Street Journal, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), **Mario Draghi, reforçou essa mensagem**. Não se deveria, segundo **ele**, interpretar a piora das condições econômicas como um convite para relaxar as políticas de ajuste.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

Observemos também no exemplo 23 que o termo retrospectivo “reforçou essa mensagem” diz ao leitor como os europeus devem encarar a crise europeia. Essa passagem já havia sido antecipada com a informação sobre o plano orçamentário para a Europa sair da crise com a política de manutenção do aperto fiscal nos países mais sujeitos à pressão dos mercados. Dessa forma, percebemos que houve um alinhamento entre as orações anteriores e a que segue, tendo como objetivo o de informar esses eventos. Complementando, assim, a diretriz lógico-argumentativa do editorial.

Observamos também, que o nome-núcleo dos rótulos retrospectivos, como postula Francis (2003), são nomes gerais, substantivos como: assunto, movimento, discussão, tema, problema, e são, na maioria das vezes, antecedidos de um dêitico específico, tais como: este, aquele, esse, tal etc. Apesar de que eles possam ter, também, outros modificadores e qualificadores. Para Halliday e Hasan (apud FRANCIS, *ibid*) esses rótulos não recuperam o referente como um valor nominal, e sim o convertem em um fato ou uma informação. Por isso, essa categoria de rótulo refere e nomeia uma dimensão do discurso, aperfeiçoando-a com os argumentos que estão sendo fortalecidos.

### Exemplo 24

Qualquer que seja o **novo caminho, se algum vier a ser encontrado**, melhorar a distribuição de renda será um elemento central – em particular nos países desenvolvidos, que veem definhando sua classe média sob a pressão competitiva de novos atores globais.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

Também encontramos nos editoriais a elipse que é um importante processo para textos argumentativos. Ela é utilizada para designar uma categoria vazia e referencialmente dependente, e que para sua compreensão, é necessário convocar um precedente. No exemplo acima (24), no trecho em destaque, podemos constatar a elipse do sujeito na segunda oração (se algum vier a ser encontrado), e que esse sujeito continua a ser interpretado anaforicamente, por retomada do valor referencial do antecedente “novo caminho”.

### Exemplo 25

No caso Europeu, **o problema é ainda mais agudo em razão da austeridade fiscal que será regra nos próximos anos**. Enquanto na Alemanha a desocupação é a mais baixa em décadas, apenas 6,7 da Espanha atinge 23% da força de trabalho e supera dramáticos 40% na população mais jovem.

Frente a **tamanhos desafios**, os avanços são tímidos. Sob pressão alemã foi aprovado um novo regime de coordenação dos orçamentos nacionais, com multa de até 0,1% do PIB para o país que ultrapassar limites acordados para dívida de déficit públicos.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

No exemplo 25 confirma-se a qualidade argumentativa que pretende conduzir o interlocutor a determinado ponto de vista. Com a utilização do rótulo “tamanhos desafios”, o editorialista sintetiza e encapsula o que foi informado anteriormente: o problema é ainda mais agudo em razão da austeridade fiscal que será regra nos próximos anos e que enquanto na Alemanha a desocupação é a mais baixa em décadas, apenas 6,7 da Espanha atinge 23% da força de trabalho e supera dramáticos 40% na população mais jovem, mostrando que precisa ser adotada uma

tática para melhorar a crise europeia. Assim, percebemos que esse excerto está precisamente alinhado com o que segue por meio do rótulo “tamanhos desafios”.

Para finalizar, Koch (2001:86) ressalta que o papel da escolha dos qualificadores nas expressões referenciais é muito importante para a argumentação discursiva. A autora classifica esses qualificadores em marcadores axiológicos positivos e negativos. Eles assumem uma carga avaliativa nos procedimentos textual-discursivos. Nos exemplos abaixo (26 e 27) mostraremos como eles exprimem essa dimensão funcional dos qualificadores das expressões referenciais empregadas no texto. No exemplo 26, há o modalizador positivo “segurança”, que fortalece a carga avaliativa do referente recuperado (Isso daria maior segurança – é uma anáfora direta correferencial). Já no último caso (exemplo 27), os encapsulamentos anafóricos vigentes nas expressões referenciais indiretas (recém-lançada preocupação social) possibilitam que o posicionamento argumentativo seja controlado e os objetos do discurso avaliados desfavoravelmente partindo do modalizador preocupação.

### Exemplo 26

Mesmo com essas políticas, a situação poderia ser um pouco menos dramática se os europeus dispusessem de um fundo de resgate financeiro mais poderoso e adotassem a responsabilidade fiscal compartilhada, por meio da emissão de eurobônus. **Isso daria maior segurança** aos países mais pressionados e facilitaria a execução de seus programas de ajuste. Mas alguns líderes, especialmente os alemães, continuam apostando na cirurgia sem anestesia como o melhor tratamento para os males fiscais.

O Estado de S. Paulo, Piora a crise na Europa, Editorial, 24/02/2012.

### Exemplo 27

Por justiça e por pragmatismo, espera-se que a **recém-lançada preocupação social** enseje iniciativas adicionais de proteção para os 30 milhões de novos pobres surgidos na Europa. Se não houver fundos para tanto, a perda contínua de legitimidade social poderá ameaçar o projeto europeu.

Folha de São Paulo, Desafio à Europa, Editorial, 01/02/2012.

Por tudo o que já foi exposto neste trabalho, pudemos perceber que o ofício de recategorização argumentativa pode ser sim bem sucedido. Nos processos de referenciação, por meio das anáforas ou pelo acréscimo de modalizadores avaliativos (positivos ou negativos) dentre outros tipos referenciais, qualquer texto argumentativo pode ser persuasivo e, dessa forma, o autor conseguir a adesão do ponto de vista exposto. Koch (2001, p.87) afirma que “O discurso, à medida que alimenta a memória discursiva, fornece uma representação de seus estádios sucessivos, particularmente formatando as expressões referenciais, que nesse sentido, operam como chaves(clues)”. Dessa forma, essa representação pode ser alterada e preparada na dinâmica discursiva, e as expressões referenciais podem ser, claramente, conforme já foi dito, “um dos lugares onde a manipulação é não só possível como visível”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando conversamos com alguém, conseguimos interagir com outras pessoas e com o mundo. Assim, nas relações sociais, os indivíduos, por meio da língua, formam e compartilham juízos de valor, julgando e avaliando o universo empírico. E concomitantemente aspiram influenciar na conduta do outro, fazendo com que compartilhem as suas opiniões (KOCK, 1996; GUIMARÃES, 1999).

Diante do exposto, é aceitável afirmar que a argumentatividade é inerente à língua (GUIMARÃES, 1999) e essa um processo e uma ferramenta do discurso, efetuando-se nas ligações interativas. Dessa forma, estudar a língua que usamos é considerar que ela conversa com elementos sociais e históricos. E, além disso, é considerar o homem como indivíduo social apto para operar e reagir discursivamente.

Assim, podemos afirmar que qualquer discurso insere outros discursos, de modo a acolhê-los, recusá-los ou, até mesmo, ironizá-los. As práticas discursivas, por conseguinte, transformam-se em instantes de troca, constituindo-se o discurso como dialógico e dinâmico. É nesse sentido que se concebe o caráter histórico do discurso.

Dessa forma, percebemos que a argumentação faz parte de todo o processo de utilização da linguagem e se compõe como um dos elementos da coerência discursiva. Ela conjectura uma ação complexa que finaliza uma sequência estruturada de argumentos, com o objetivo de convencer o leitor da tese defendida pelo enunciador.

O editorial, objeto de análise desta pesquisa, é um gênero textual em que o editorialista expõe o ponto de vista da instituição, devendo sustentá-lo por meio de argumentos coerentes e aceitáveis para que se obtenha o efeito persuasivo. Sabemos que o jornal é um transmissor comunicacional que opera entre dois lados, ao mesmo tempo em que ele informa objetivamente, ele precisa expor a referencialidade dos fatos. Para convencer o leitor é necessário que o texto passe por processos de persuasão/sedução. Dessa forma, percebemos, na análise do

corpus deste trabalho, que foi possível detectar índices enunciativos de subjetividade em textos considerados informativos e objetivos.

Percebemos também que a seleção de certas categorias linguísticas obtém valor discursivo, ou inferencial, que fortalece a construção da mensagem que o enunciador quer noticiar. A partir dos processos explorados neste trabalho, constatamos que o enunciador se posiciona com uma intencionalidade transcrita pela orientação argumentativa construída no texto.

Os editorialistas, ainda que buscando a objetividade e a racionalidade no processo de escrita do editorial, deixam perceber que existe no texto um alto grau de subjetividade. O estudo do posicionamento do editorialista frente ao seu texto nos possibilita estabelecer escalas divergentes de seu comprometimento, em relação ao tema que ele enuncia. Dessa forma, percebemos que nos dois editoriais analisados, o número de ocorrências dos índices de subjetividade foi bastante alto. A utilização de substantivos e adjetivos axiológicos e advérbios modalizadores ou de intensidade, compondo as avaliações do sujeito enunciador, colaborou para as estratégias utilizadas para persuadir o leitor da verdade buscada pelo enunciador.

Observamos, então, que nos dois editoriais, foi considerável a utilização de substantivos e adjetivos axiológicos e que os advérbios modalizadores e de intensidade foram utilizados em menor número, principalmente, no editorial do jornal Folha de São Paulo, como podemos notar no quadro quantitativo da página 61.

Dessa forma, percebemos que o editorial do jornal O Estado de São Paulo utilizou-se mais da subjetividade, tentando convencer o leitor de que a crise na Europa não vai acabar tão cedo, mesmo com as políticas de melhoria financeira adotadas por representantes desse continente, mostrando-se, assim, a presença de um editorialista que redige críticas, opiniões e comentários mais pessimistas em relação ao editorialista do jornal Folha de São Paulo. Isso foi percebido logo no início da leitura dos editoriais, nos títulos: Piora a crise na Europa (ESP) e Desafio à Europa (FSP). Assim compreendemos que o fim principal dos dois editorialistas é de convencer e persuadir o leitor, um tentando convencer o leitor de que não há jeito para os males fiscais da Europa e que o prazo é longo para a recuperação financeira

do referido continente, já o outro afirmando que, com a adoção de algumas práticas, a crise pode diminuir e em médio prazo a Europa se recuperar.

Assim, temos a certeza de que um texto representa muito mais que suas estruturas linguísticas, e que devemos considerar a importância da interpretação dos subentendidos textuais, de certas intenções do enunciador e de suas estratégias para a adesão do leitor. Dessa forma, o autor dos editoriais, utilizando-se de suas argumentações e de suas marcas linguísticas axiológicas, passa a intervir no perfil da vida social mudando as convicções dos leitores.

Dessa maneira, o editorialista fica em uma condição que lhe possibilite uma organização discursiva superior, compondo um discurso com diretrizes preestabelecidas para o leitor, com o propósito de influenciar os leitores, por meio de estratégias persuasivas. Assim, percebemos a presença dos elementos do ato de comunicação: a situação de comunicação e os parceiros da troca linguística, cumprindo-se o contrato de comunicação jornalístico, em que o entendimento acontece na relação com a identidade dos parceiros e de seus propósitos comunicativos (CHARAUDEAU, 2006b).

Neste trabalho, foi possível perceber, também, que o estudo dos processos de referenciação destaca-se pelas diversas funções das expressões referenciais, sendo, principalmente, a função argumentativa. Vimos que as anáforas diretas e indiretas promovem a continuidade referencial com e sem retomada. Dessa forma, podemos afirmar que elas têm a capacidade não somente de “referir”, mas também de “argumentar”, à medida que sustentam o processamento discursivo.

Ao analisarmos os textos dos dois editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo notamos que, em relação à referenciação, não houve diferenças significativas, porque nos dois jornais o gênero foi o mesmo, sendo contemplados na mesma competência de comunicação. A utilização de referentes ao longo dos dois textos se manteve constante e, por esse motivo, chegamos às conclusões generalizadas no tocante à relação argumentar e referenciar em textos de cunho argumentativo, cujo propósito principal é persuadir o leitor.

Nesse tipo de texto, a referenciação é utilizada em função do discurso de transfiguração que procura buscar o assentimento do leitor através da exposição de discussões de problemas sociais controversos, demonstrando o ponto de vista do articulista sobre o tema apresentado. Assim, partindo da hipótese de que o leitor não concorda com o ponto de vista do editorialista, o mesmo deverá buscar recursos para alcançar seus propósitos, utilizando estratégias textuais que contribuem para sua argumentação. Então, surge, a partir daí, o papel da referenciação, cuja contribuição, no que diz respeito à argumentatividade do texto, é incontestável.

Reconhecendo o que já foi dito neste trabalho, todas as estratégias de referenciação contribuem para o desenvolvimento argumentativo, de modo menos ou mais explícito, mas, frequentemente, os processos referenciais mostram-se como estratégia essencial para o esclarecimento dos pontos de vista de textos argumentativos, podendo, assim, ser bastante eficaz para pesquisas que possuem essa preocupação fundamental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. **Construction de la référence et stratégies de désignation**. In BERRENDONNER, A. e REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (eds.) Du syntagme nominal aux objets de discours. SN complexes, nominalizations, anaphores. Neuchâtel: Institute de Linguistique de Neuchâtel, 1995, p. 227-271.

AQUINO, Z. G. O. **Conversação e conflito**: um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas. Vol I e II (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1997.

ARAÚJO, C. R. **O domínio discursivo do jornalismo escrito**: um estudo sobre editorial. Dissertação (Mestrado em Letras), Belo Horizonte: Puc-Minas, 2002.

BARBOSA, G.; RABAÇA, C. A. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 10 ed., 2001.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 1989.

BRAIT, B. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 2005.

CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

CIULLA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas**: O universo literário dos contos (Tese de Doutorado). Fortaleza: UFC, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que quer dizer comunicar**. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. 1994.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias.** Tradução Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006 a.

\_\_\_\_\_. **Discurso político.** Tradução Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006 b.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso:** modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

DOLZ, B.; SCHNEUWLY, J. **Gêneros e progressão em expressão oral e escrita:** elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: Gêneros orais e escritos na escola. Trad. e org. de Rojo, R. e Cordeiro, G. L. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 41-70.

DUCROT, O. **Provar e dizer:** linguagem e lógica. Trad. Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981.

\_\_\_\_\_. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.

ELIAS, V. M. **Referenciação e orientação argumentativa em artigos de opinião.** In: GUIMARÃES, E. (Org.). Textualidade e discursividade na linguística de na literatura. São Paulo: Mackenzie, 2010, p. 49-63.

FARIA, M. A. **O jornal na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1996.

FARIA, M. A.; ZANCHETTA, J. Jr. **Para ler e fazer o jornal na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002.

FRANCIS, G. **Rotulação do discurso:** um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (org.). Clássicos da Linguística 1. Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003, p. 191-228.

GUIMARÃES, E. **Figuras de retórica e argumentação.** In: MOSCA, L. L. S. (org.). Retóricas de ontem e de hoje. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 145-160.

\_\_\_\_\_. **Texto e argumentação:** um estudo de conjunções do português. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Articulação do texto.** São Paulo: Ática, 2007.

\_\_\_\_\_. **Referenciação** (Artigo), 2011, p. 1-5.

GOMES, A. A. **Estratégias enunciativas e manifestação de opinião:** Uma análise textual dos jornais digitais Le Monde e Le Monde Diplomatique. In: Revista TEXTOS de la CiberSociedad, 8. Temática Variada. Disponível em: [www.cibersociedad.net/textos/articulo](http://www.cibersociedad.net/textos/articulo).

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar.** 2nd ed. London: Oxford University Press, 2002.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. **Cohesion in English.** Londres: Longman, 1976.

ILARI, R. et al. **Considerações sobre a posição dos advérbios.** In: CASTILHO, A. T. (Org.) Gramática do português falado. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1990. v. I-A, p.63-142.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. **A interação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional.** Cadernos de Estudos Linguísticos. 41. Campinas: IEL, 2001, p. 75-89.

\_\_\_\_\_. **A Referenciação.** In: Desvendando os Segredos do Texto. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Referenciação e orientação argumentativa.** In: KOCH, L. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

\_\_\_\_\_. **A coesão textual**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos de discurso**. Juiz de Fora: Veredas. V. 6, n. 1, 2006 a, p. 29-42.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006 b.

KOCK I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e Compreender os sentidos do Texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ler e Escrever: estratégias de produção textual**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. **Processos de referenciação na produção discursiva**. DELTA. vol. 14. Número Especial, 1998, p. 169-190.

\_\_\_\_\_. **Referenciação**, In: C.C.A.S. Jubran e I.G.V. Koch (orgs.), "Gramática do Português Culto Falado no Brasil". Campinas: UNICAMP, 2006.

LONGACRE, R. **The discourse strategy of an appeals letter**. In: MANN, W.C.; THOMPSON, S. (eds.). *Discourse descriptions: Diverse analysis of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1992.

MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO. **Folha de São Paulo**, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras**. In: KOCH I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-102.

\_\_\_\_\_. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINEZ, A. J. L. **Redaccion Periodística**. Barcelona: ATE, 1974.



MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1985.

MONDADA, L. **Gestion du topic et organization de la conversion**. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas: IEL/Unicamp, n.41, 2001.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. **Construção dos objetos de discurso e categorização**: Uma abordagem dos processos de referenciação. In. CA V ALCANTE, M. M., 2003.

NASCIMENTO, K. C. de S. **A macroestrutura argumentativa de editoriais do Jornal do Brasil** (Dissertação Mestrado), Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

OLERÓN, P. **A argumentação**. Tradução Cascais Franco. Portugal: Europa América Lda, 1983.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. (Orgs.). **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. Vol. 2, São Paulo: Cortez, 2001.

PALUMBO, R. **Referenciação e Argumentação**: a dinâmica nas orientações argumentativa em debates políticos televisivos. Dissertação (Mestrado em Letras)- São Paulo: USP, 2007.

PERELMAN, C. **Ética e Direito**. 1ª edição. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de argumentação – Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REBELO, N. M. S. **Análise do processo persuasivo no gênero editorial**. Dissertação (Mestrado em Letras), Santa Maria: UFSM, 1999.

REYNOLDS, M. **The blending of narrative and argument in the generic texture of newspaper editorials.** International Journal of Applied Linguistics, v.10, n.1, 2000, p. 25-40.

RODRIGUES, R. H. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem:** a abordagem de Bakhtin. In: Gêneros: teorias, métodos e debates. Meurer, J. L.; Bonini, A; Motta-Roth, D. (Orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação.** São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cognição, discurso e interação.** São Paulo: Contexto, 2002.

VESTERGAARD, T. **That's not news:** persuasive and expository genres in the press. In: A. Trosborg, Analysing professional genres. Amsterdam: John Benjamins, 2000, p. 97-119.

## ANEXOS

Você está em Opinião

# Piora a crise na Europa

24 de fevereiro de 2012 | 3h 09

O Estado de S.Paulo

A Europa continuará sendo um peso morto para a economia mundial, em 2012, segundo as novas projeções da Comissão Europeia, mais pessimistas que as divulgadas em novembro. Entre as maiores potências do mundo rico, só Estados Unidos e Japão deverão continuar exibindo algum dinamismo, se as tendências recentes se mantiverem. O panorama europeu, já muito feio, ficou pior com as novas estimativas divulgadas ontem. A produção da zona do euro deverá encolher 0,3% neste ano e alguma recuperação só deverá começar no segundo semestre. A estimativa anterior, já muito modesta, era de uma expansão de 0,5%. Para os 27 países da União Europeia, o crescimento previsto foi reduzido de 0,6% para zero, na média. Alemanha, França, Áustria, Eslováquia, Dinamarca e Reino Unido conservarão algum vigor e salvarão o conjunto de um resultado negativo.

Nas semanas anteriores, vinha crescendo na Europa um movimento a favor de uma nova estratégia de ajuste, menos recessiva e com mais espaço para medidas de estímulo à reativação econômica. Um documento com essa proposta foi enviado há poucos dias à Comissão Europeia por 12 chefes de governo, incluídos o primeiro-ministro da Itália, Mario Monti, e o do Reino Unido, David Cameron. Na véspera da publicação das novas projeções, circularam rumores, nos mercados, sobre a possibilidade de alguma redução das metas fiscais adotadas em países com grandes problemas orçamentários, como Grécia, Espanha, Portugal e Itália. O afrouxamento seria necessário, segundo uma autoridade europeia mencionada pela agência Reuters, por uma questão de realismo.

O caso grego é obviamente o mais dramático. Com a contração econômica de 2,8% prevista no último outono europeu, o governo já teria muita dificuldade, neste ano, para arrecadar o dinheiro necessário para complementar o aperto orçamentário. De acordo com a nova projeção, o encolhimento será, no entanto, de 4,4%. Embora em condições menos penosas, outros governos forçados a adotar duras medidas de estabilização fiscal também terão muita dificuldade para alcançar as metas orçamentárias nas condições agora previstas para o ano. As projeções de novembro indicavam, na União Europeia, contração econômica apenas para Portugal e Grécia. O grupo com perspectiva de resultado negativo agora inclui, além desses dois países, Bélgica, Espanha, Itália, Chipre, Holanda, Eslovênia e Hungria.

Como de costume, explicam os autores do relatório, a manutenção das políticas fiscais conhecidas até agora "com suficiente certeza" foi um dos pressupostos adotados para as projeções. Um aperto mais forte, no entanto, "parece necessário em alguns Estados-membros". Se medidas adicionais forem adotadas, "isso poderá elevar a confiança e aliviar a pressão dos mercados financeiros", de acordo com o documento. No curto prazo, admitem os autores, isso poderia prejudicar o

crescimento econômico, mas os efeitos seriam positivos num período mais longo. Oficialmente, a Comissão Europeia mantém, portanto, a posição favorável a um forte aperto nesta fase - e ainda mais forte em alguns países - como condição para a reconquista da credibilidade financeira.

Para não deixar dúvida, o comissário de Assuntos Econômicos e Monetários da União Europeia, Olli Rehn, defendeu a manutenção do aperto fiscal nos países mais sujeitos à pressão dos mercados. Numa entrevista ao Wall Street Journal, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Mario Draghi, reforçou essa mensagem. Não se deveria, segundo ele, interpretar a piora das condições econômicas como um convite para relaxar as políticas de ajuste.

Mesmo com essas políticas, a situação poderia ser um pouco menos dramática se os europeus dispusessem de um fundo de resgate financeiro mais poderoso e adotassem a responsabilidade fiscal compartilhada, por meio da emissão de eurobônus. Isso daria maior segurança aos países mais pressionados e facilitaria a execução de seus programas de ajuste. Mas alguns líderes, especialmente os alemães, continuam apostando na cirurgia sem anestesia como o melhor tratamento para os males fiscais.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,piora-a-cri-se-na-europa-.839861,0.htm>

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidente:** LUIZ FRIAS

**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO

**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

**Editor-executivo:** SÉRGIO DÁVILA

**Conselho Editorial:** ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

**Diretoria-executiva:** ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), MURILO BUSSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

[editoriais@uol.com.br](mailto:editoriais@uol.com.br)

### Desafio à Europa

**Líderes mundiais discutem em Bruxelas e em Davos como superar a séria crise financeira sem agravar ainda mais a situação social**

As manchetes econômicas dos últimos dias foram dominadas por dois eventos: o Fórum Econômico Mundial de Davos, que reúne a elite global, e o encontro dos líderes europeus em Bruxelas. Apesar dos objetivos diferentes, houve alguns pontos de convergência.

Davos passa por uma tentativa de reinvenção depois de a crise de 2008 ter abalado várias certezas sobre as virtudes do livre mercado. A Europa também almeja um recomeço, com aprofundamento de sua integração, diante da alternativa assustadora de colapso da moeda única.

Em ambas as reuniões figuraram com destaque a preocupação com os custos sociais do atual ambiente recessivo no mundo rico e a constatação de que o modelo das últimas décadas caracterizou-se por inequidade excessiva.

Qualquer que seja o novo caminho, se algum vier a ser encontrado, melhorar a distribuição de renda será um elemento central —em particular nos países desenvolvidos, que veem definhar sua classe média sob a pressão competitiva de novos atores globais.

Os dados impressionam, mesmo antes da crise. Entre 1976 e 2007, de cada dólar adicional de renda gerado nos EUA, 58 centavos foram apropriados pelo topo da pirâmide (1% dos domicílios), uma mudança dramática em relação

ao padrão distributivo que vigorava desde os anos 1930. A parcela da renda total apropriada por esse diminuto contingente da população cresceu de 8,9% para 23,5%.

No momento atual de baixo crescimento e alto desemprego —recorde na Europa desde a criação da zona do euro—, a continuidade dessa tendência passa a ser reconhecida pela elite dirigente como politicamente insustentável.

No caso europeu, o problema é ainda mais agudo em razão da austeridade fiscal que será a regra nos próximos anos. Enquanto na Alemanha a desocupação é a mais baixa em décadas, apenas 6,7%, na Espanha atinge 23% da força de trabalho e supera dramáticos 40% na população mais jovem.

Frente a tamanhos desafios, os avanços são tímidos. Sob pressão alemã foi aprovado um novo regime de coordenação dos orçamentos nacionais, com multas de até 0,1% do PIB para o país que ultrapassar limites acordados para dívida e deficit públicos.

Houve consenso de que se trata de pré-requisito para fortalecer a união dos países da zona do euro nos próximos anos. Em troca, haverá um reforço dos mecanismos de proteção e da ação preventiva do Banco Central Europeu, para evitar quebras bancárias na periferia.

Por justiça e por pragmatismo, espera-se que a recém-lançada ocupação social enseje iniciativas adicionais de proteção para os 30 milhões de novos pobres surgidos na Europa. Se não houver fundos para tanto, a perda contínua de legitimidade social poderá ameaçar o próprio projeto europeu.